

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 07 a 11 de abril de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUE DA SEMANA

Das 57 notícias selecionadas para compor o Clipping desta semana, o destaque vai para uma espécie de “inferno astral” vivido pela Vale: prejuízo de mais meio bilhão de dólares com o Projeto Simandu, na Guiné Equatorial; ataque de guerrilheiros a um comboio que transportava minério de carvão em Moçambique; redução do crescimento econômico na China e perspectivas de quadruplicar os royalties cobrados pelo Governo Brasileiro. São muitas as notícias que afetam diretamente os negócios da Vale. Mesmo assim, a companhia segue realizando investimentos importantes no Brasil e ainda pode se beneficiar da alta dos preços do níquel, afinal, mesmo no Inferno Astral, nem todos os astros são desfavoráveis. O importante, nesse caso, é a constatação de que, mesmo para as grandes companhias, líderes como a Vale, a volatilidade dos mercados e os reveses impostos pela instabilidade das políticas governamentais são os grandes desafios a serem superados na arena global da Mineração.

Diante desta realidade, para sobreviver e prosperar em meio à crescente complexidade e à politização oportunista dos processos de concessão de mineração não basta o sucesso de novas descobertas nem tampouco o aprimoramento contínuo da gestão dos empreendimentos mineiros, visando à redução de custos e melhoria de margens operacionais. É preciso buscar, também, o aumento de escala e a diversificação geográfica da produção.

Essas estratégias, no entanto, são absolutamente inacessíveis para os pequenos e médios mineradores brasileiros, que, diante das tendências sinalizadas para as políticas públicas, estão cada vez mais próximos da extinção, abrindo campo para o avanço da consolidação de oligopólios globais em diversos segmentos da mineração.

Se concretizadas essas tendências, o Governo, que hoje insiste no favorecimento do grande capital no segmento da pesquisa mineral, como preconiza o Novo Marco Regulatório da Mineração - NMRM, sofrerá um forte golpe na sua capacidade de assegurar o exercício da Soberania na gestão dos recursos minerais, ironicamente uma das justificativas do próprio NMRM. Se vingar a proposta de substituir o regime de prioridade por leilões ou “chamadas públicas”, criando barreiras financeiras em detrimento de espírito empreendedor que alimenta a pesquisa mineral, cairá a última linha de resistência à consolidação definitiva do domínio dos oligopólios globais na mineração. Mais do que o fim das “corridas do ouro”, esse equívoco será lembrado como o marco da oficialização da era dos latifúndios minerais no Brasil, uma espécie de relançamento das Capitâneas Hereditárias, só que desta vez, no subsolo (*cuius est solum, eius est usque ad coelum et ad inferos*).

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-07/04/2014

Rio Tinto perde disputa sobre mina na Austrália

AE - Agencia Estado

NEWCASTLE, AUSTRÁLIA - A Rio Tinto perdeu uma disputa na qual tentava reverter uma decisão judicial que bloqueia a expansão de uma das maiores minas de carvão na Austrália. Esta marcou o revés mais recente para suas operações de mineração da empresa, que já foram prejudicadas pela demanda fraca e os preços de commodity de combustíveis.

A expansão de 600 milhões de dólares australianos (US\$ 557 milhões) da mina Warkworth da Rio Tinto tem ficado em suspenso desde que o Tribunal de Meio Ambiente e Terras de Nova Gales do Sul determinou no ano passado que o empreendimento ameaçaria áreas ecológicas e prejudicaria os moradores da cidade de Bulga. Nesta segunda-feira, o Tribunal de Recursos de Nova Gales do Sul rejeitou o pedido da Rio Tinto de que a decisão fosse anulada. Fonte: Dow Jones Newswires.

2-07/04/2014

Relatório da mineração contraria governo

Por **Raphael Di Cunto | De Brasília**

Sem acordo com o governo e apoiado pelas empresas do setor, o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG) vai manter no relatório do novo Código da Mineração, que será apresentado amanhã, o direito de prioridade na exploração das jazidas, modelo que o Executivo queria abolir ao reformular o atual código, que já tem quase 50 anos.

O **Valor** teve acesso com exclusividade ao projeto substitutivo elaborado por Quintão e que será lido amanhã na comissão especial que discute o tema na Câmara dos Deputados. Além de conservar o direito de prioridade, o texto não altera outros pontos do relatório preliminar divulgado em novembro e que o governo já se posicionou contra, como a definição da alíquota dos royalties na própria lei.

A principal inovação em relação ao relatório anterior, segundo Quintão, foi a redução no valor dos royalties incidentes sobre os bens minerais que forem submetidos a operações de industrialização dentro do Brasil. A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para a empresa que comprar e processar o minério no país será de 50% da alíquota cobrada do mineral exportado in natura.

"Essa regra vai proteger a indústria nacional e incentivar a industrialização do país", diz Quintão. O benefício ainda não foi discutido com o governo. O relatório anterior já

previa que a empresa que tiver jazida e fizer a produção em território brasileiro já teria o CFEM calculado com base no custo de extração, ao invés do valor de mercado.

As alíquotas dos royalties são outro tema delicado. A pedido das mineradoras, que defendem regras claras de tributação para dar mais segurança jurídica ao setor, o pemedebista incluiu no projeto de lei um anexo com o valor das alíquotas para cada bem mineral. O material usado na construção civil teria uma redução em relação à taxa atual - sairia de 2% do faturamento líquido para 0,5% do bruto.

Já o ferro, principal minério de exportação do país, teria o tributo aumentado quatro vezes - de 2% da renda líquida para 4% da bruta. A maior alíquota do código atual é de 3%. Os percentuais estão próximos daquilo que deseja o governo, mas o Executivo quer definir o valor por decreto, para poder alterar com mais facilidade de acordo com as condições de mercado. As mineradoras, aliadas a governadores e prefeitos que têm nos royalties parcela importante do Orçamento, reclamam que isso deixaria a decisão pouco transparente.

A mudança na forma de cálculo - com base na receita bruta, e não mais na líquida -, por sua vez, desagradou às empresas. "Esse aumento na carga tributária refletirá sobre o preço final de vários produtos, penalizando os consumidores nacionais e aumentando o custo das exportações", critica a Confederação Nacional da Indústria em sua agenda legislativa para 2014.

A distribuição dos royalties foi outra alteração no projeto original, mas esta mudança tem aval do Executivo. Pela regra atual, a União fica com 12% da arrecadação, os Estados produtores com 23% e os municípios produtores, com 65%. O substitutivo inclui também um repasse, de 10% do total arrecadado, para as 450 cidades afetadas pela extração mineral, mas que não têm produção em seu território. O valor vai sair da redução dos outros entes: a União vai ficar com 10%, os Estados com 20% e os municípios produtores, com 60%.

O debate central do governo com o relator - e com o setor empresarial- é o fim do chamado direito de prioridade. Pela regra vigente hoje, quem pedir primeiro para fazer a pesquisa em uma área livre ganha automaticamente o direito de exploração se forem encontrados minérios.

O governo que acabar com este modelo, que diz estimular a especulação dos títulos minerários por empresas que usam brechas na lei para renovar indefinidamente os direitos de pesquisa e exploração sem realizar os investimentos. No lugar, todas as concessões seriam precedidas de chamamento público e, caso mais de um candidato aparecesse, de licitação. A disputa, avalia o Planalto, levaria apenas os interessados em realmente explorar a área a participarem, dada a necessidade de contrapartida financeira à União.

"O governo defende isso por questão ideológica, mas está errado. Vai gerar burocracia muito grande e tirar competitividade do setor", diz Quintão. "A pesquisa é cara e de risco. A cada mil requerimentos, só 1,5 se torna lavra ativa."

As divergências fizeram o Planalto pausar as negociações. A última reunião para discutir o projeto foi em fevereiro. Ficou a promessa de que outro encontro seria marcado, mas, segundo fontes do governo, a avaliação hoje é que o melhor é só votar o projeto depois da eleição para evitar uma influência maior do setor sobre os parlamentares. Algo que Quintão quer mudar ao apresentar seu novo relatório.

3-07/04/2014

Vale tenta ganhar produtividade em Minas Gerais

Por Mariana Durão, enviada especial | Estadão Conteúdo

Em paralelo ao desenvolvimento do projeto Serra Sul, em Carajás, a Vale tenta ganhar produtividade nas minas de ferro dos sistemas Sul e Sudeste, em Minas Gerais. O desafio é aumentar o tempo de vida útil das unidades operacionais mais antigas onde há agora um minério de mais baixo teor e que exige processamento.

Está em curso a construção de novas usinas de beneficiamento de minério, como Cauê Itabiritos e Vargem Grande Itabiritos. O plano inclui projetos para melhorar a integração dos dois sistemas. É o caso da rodovia que facilitará a ligação das minas Pico e Fábrica, esperada para o segundo semestre.

A logística portuária dos dois sistemas tem de acompanhar esse movimento da mineração. A Vale tem um orçamento de R\$ 1,8 bilhão para dar mais eficiência e reduzir custos no Porto de Tubarão (ES), por onde é escoado o minério do sistema Sudeste ou 35% da produção da companhia. Já os portos localizados no Rio são alvo de investimentos menores, de R\$ 350 milhões. Eles vão permitir a ocupação da capacidade plena de embarque do minério do sistema Sul.

Arrendado pela Vale em 1996, o porto da Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), na Costa Verde fluminense, tenta chegar ao limite de 25 milhões de toneladas anuais de minério embarcadas. A atualização de equipamentos é planejada para 2016 e consumirá R\$ 125 milhões.

O Terminal da Ilha Guaíba (TIG), em Mangaratiba, tem capacidade de 45 milhões de toneladas de minério, mas em 2013 movimentou 39,8 milhões. O primeiro passo para atingir esse teto foi reforçar a ponte ferroviária que leva os trens da MRS ao pátio. Os vagões passaram a transportar 140 toneladas brutas, volume 16,6% maior, e um dos

dois viradores de vagões foi substituído por uma versão eletrônica. A troca mobilizou 800 operários de janeiro a março.

Criado nos anos 60, Tubarão é o porto mais antigo da Vale e o mais eficiente do mundo no giro de minério, segundo a USP. Até agora, o foco do investimento foi em treinamento, no reforço da infraestrutura de energia e na criação do Centro de Controle de Manutenção Elétrica (CCME). O próximo passo será a modernização de equipamentos, como empilhadeiras. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

4-07/04/2014

Drones indicam futuro de alta tecnologia para mineração

Cerca de 200 caminhões de transporte sem motorista já estão operando em minas de minério de ferro, principalmente na Austrália

David Stringer, da **Bloomberg**

Melbourne - Minas sem mineradores?

Não exatamente. Mesmo assim, um boom tecnológico em robôs, **drones**, caminhões sem motorista e trens sem condutores está começando a transformar um dos setores que mais trabalho intensivo requerem do mundo, indicando a automatização da logística, das cadeias de fornecimento e do mapeamento, o que permitirá o desenvolvimento de minas em regiões antes consideradas muito perigosas ou remotas para a exploração.

Cerca de 200 caminhões de transporte sem motorista já estão operando em minas de minério de ferro, principalmente na Austrália. Enquanto isso, a gigante da mineração, Rio Tinto, que financia um dos maiores programas robóticos não militares do mundo, começará em breve a utilizar trens sem tripulação para transportar cargas para a costa e estabelecerá drones em voo em suas minas remotas.

Os drones podem monitorar estoques, mapear alvos de exploração, rastrear equipamentos e, no futuro, eles poderão entregar encomendas às oficinas, conforme a Accenture – e em um esquema muito à frente daquele previsto por Jeff Bezos da Amazon.com Inc., que deseja que um dia os livros e DVDs da Amazon sejam entregues imediatamente aos clientes por helicópteros em miniatura.

“Venha e me procure mais ou menos em outubro”, disse John McGagh, diretor de inovação da Rio Tinto em Brisbane, Austrália, onde os funcionários utilizam a maior tela de toque do mundo, que admite múltiplos conteúdos, para monitorar as operações de mineração de Utah a Queensland. “Você verá drones voando pelos ares. Não falta muito para isso”.

Robôs e drones

Os avanços tecnológicos no desenvolvimento de drones e robôs ajudarão a criar as minas do futuro em lugares remotos como a Malásia, que poderão ser dirigidas a partir de salas de controle inspiradas na NASA em cidades do primeiro mundo dos EUA e da Austrália. A BHP Billiton, a maior do mundo, a Anglo American e a Rio estão entre as mineradoras que estimulam os esforços para esta corrida global de automação altamente tecnológica, apostando que os novos equipamentos ajudarão a reduzir os custos e a melhorar os retornos, além de possibilitar que elas explorem depósitos considerados até o momento muito complexos ou muito perigosos para os humanos.

“Os drones poderão reduzir as cadeias de fornecimento e transformarão nossa capacidade de monitorar, rastrear e administrar aspectos fundamentais do negócio de mineração que são urgentes em lugares remotos”, disse Nigel Court, líder do setor de recursos naturais para a região Ásia-Pacífico da Accenture, em Perth, Austrália. “Uma das melhores coisas que veremos com os drones é a entrega imediata de peças de reposição, literalmente em poucas horas, que neste momento pode levar dias”.

As empresas de mineração têm a vantagem de operar geralmente em regiões remotas, onde os drones não representam possíveis ameaças a populações de alta densidade. Os drones da Amazon vão operar no meio da civilização, o que explica a abordagem cautelosa. A empresa prevê pequenos dispositivos-helicópteros, chamados Octocopters, que entregarão pacotes de até 2,3 quilos, disse o CEO Bezos, em dezembro.

Assustar águias

Os drones já estão funcionando na periferia da indústria de mineração, disse Ray Gillinder, diretor administrativo da HELImetrex Pty, que atualmente fornece quatro veículos aéreos não tripulados (VANTs), como os drones são oficialmente conhecidos, para mineradoras na Austrália. A unidade de mineração da Leighton Holdings, que trabalha para produtores como Glencore Xstrata, possui uma licença para operar VANTs na Austrália e implementá-los para fotografias aéreas, de acordo com a Autoridade de Segurança de Aviação Civil desse país.

Uma mina completamente automatizada, que possa oferecer a precisão alcançada na fabricação de automóveis, está provavelmente a só uma década de distância, de acordo com Rowan Melrose, presidente de automação e tecnologia da unidade de mineração da fabricante de equipamentos Sandvik AB, em Brisbane, Austrália.

Os robôs mineradores, com operadores ou supervisores em salas de controle que podem estar em outro continente, poderiam mudar a equação para recursos como o projeto de cobre Resolution da Rio, no Arizona, que pode se tornar o maior da América do Norte, de acordo com McGagh, da Rio.

“A profundidade é de 2,5 quilômetros e lá embaixo a temperatura é de 85 graus centígrados. Haverá muitas máquinas lá embaixo”, disse McGagh.

5-07/04/2014

O superporto da Vale

Mineradora investirá R\$ 7 bi em logística portuária até 2017; 70% desse total vai para o Terminal de Ponta da Madeira, no Maranhão

Mariana Durão - / Enviada especial

SÃO LUÍS - Do avião, na chegada à capital maranhense, já é possível ver a mega estrutura que avança pela Baía de São Marcos. É o Píer IV do Terminal de Ponta da Madeira, da Vale. Com 1,6 mil metros, é apenas uma pequena amostra do terminal que pertence à mineradora brasileira e ocupa uma área de 18,3 km². A construção do quarto píer é um dos projetos no orçamento de R\$ 7 bilhões da companhia para logística portuária até 2017.

O montante equivale a 38% do que foi investido pela iniciativa privada no setor portuário brasileiro entre 2005 e 2012, segundo dados da Inter.B Consultoria. Desde 2010, a Vale executou R\$ 1,5 bilhão desse total. Portanto, o maior esforço será concentrado entre 2014 e 2017.

Determinada a retomar o crescimento de sua produção de minério de ferro e priorizar megaprojetos como Serra Sul, em Carajás, a Vale prepara seus portos para escoar os novos volumes. A logística portuária é peça fundamental no desafio do grupo por competitividade no mercado externo, em especial na Ásia. Geograficamente, ela está em desvantagem frente às rivais australianas, que chegam à China em 15 dias. Os navios brasileiros precisam de 45. A meta é compensar isso com produtividade e minério de alta qualidade.

O plano estratégico dos terminais começou a ser desenhado em 2007. "Era preciso modernizar nossos portos, que estavam virando quarentões", diz Fábio Brasileiro, diretor de planejamento e desenvolvimento de logística da Vale. Após os aportes, a capacidade de embarque de minério de ferro da Vale crescerá quase 40%. "O objetivo é garantir que a capacidade logística esteja sempre à frente da produção." Iniciados em 2010, os investimentos englobam de revitalização elétrica a adoção de simuladores de empilhadeiras.

O Terminal de Ponta da Madeira receberá R\$ 4,8 bilhões (70% dos R\$ 7 bilhões). De lá, é embarcado o minério produzido em Carajás, onde está o maior projeto de expansão da história da Vale, o Serra Sul. Orçado em US\$ 19,6 bilhões, elevará em 90 milhões de toneladas de minério ao ano a capacidade de produção da empresa: é atingir em cinco anos um patamar de produção que a Vale levou três décadas para conquistar.

Logística. A capacitação logística do Serra Sul consumirá US\$ 11,6 bilhões, mais que o desenvolvimento da mina e da planta de processamento. O projeto engloba a construção de 570 km na Estrada de Ferro Carajás e a expansão de Ponta da Madeira, inaugurado em 1986.

As obras começaram em 2010 com a construção do Píer IV. A primeira etapa terminou em agosto, quando o berço sul começou a operar. Mais moderna que seus pares, essa área do Píer IV recebe os Valemax, navios desenvolvidos pela Vale, capazes de transportar 400 mil toneladas de minério de ferro.

Eles operam no sistema "single-pass", enchendo um porão de uma só vez, sem a necessidade de movimentar o carregador de navios. "A nova tecnologia já permitiu um ganho de 15% no tempo de carregamento dos navios e isso vai aumentar", diz Cláudio Mendes, diretor de Operações Porto Norte da Vale.

Em janeiro, a companhia iniciou a construção do segundo berço, o Píer IV Norte. Quando ficar pronto, a Vale poderá receber cinco navios ao mesmo tempo em Ponta da Madeira – três Valemax. A meta é manter a situação atual de estoque zero.

À medida em que o Sistema Norte ganhar corpo com Serra Sul crescerá a relevância de Ponta da Madeira. A ideia é que as intervenções no Píer IV e a renovação das áreas antigas terminem no segundo semestre de 2017. O terminal passará a receber até 30 trens/dia, um salto de três vezes, e escoará dois terços da produção da Vale, superando Tubarão (ES) e os portos do Rio, com os quais hoje divide embarques igualmente.

6-07/04/2014

Sema abre caminho a empreendimentos de mineração

RODRIGO VAGAS

Da Reportagem Diário de Cuiabá]

Intervenções diretas nos conselhos consultivos de várias unidades de conservação do Estado serão executadas pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) ao longo dos próximos meses.

A estratégia foi iniciada nesta semana com o Parque Estadual do Cristalino, uma das mais importantes reservas da biodiversidade da Amazônia.

A revisão do plano de manejo da unidade, apresentada em reunião no município de Novo Mundo (790 km de Cuiabá), pretende abrir caminho a empreendimentos de mineração no entorno do parque.

Em nota, a secretaria afirmou que o processo é "natural", em razão da "dinâmica da sociedade" e que a iniciativa não pretende alterar apenas os rumos da gestão do Cristalino.

“Existe uma decisão na Sema de reativar os Conselhos Consultivos de várias Unidades de Conservação”, disse o superintendente de biodiversidade da Sema, Claudio Shida, na nota.

O DIÁRIO teve acesso à ata da reunião em que foram empossados os novos conselheiros do parque e apresentado o texto revisado do plano de manejo.

A principal alteração diz respeito às normas para a chamada zona de amortecimento. Especificamente, o item 3.1 do capítulo que trata das atividades de mineração na área.

"Na ZA [Zona de Amortecimento] não serão permitidas atividades de mineração de qualquer natureza, inclusive garimpo (...)", afirma o plano original.

No texto reformulado pela Sema, as limitações à atividade passam a ser as usuais: "Não serão permitidas atividades de mineração de qualquer natureza, inclusive garimpo, sem o devido licenciamento ambiental."

Em entrevista publicada pelo DIÁRIO, Shida disse que a mudança atende a uma demanda dos "prefeitos e empresários da região" para "destravar" a economia da região.

"Toda ação gera ganhos e perdas. O que podemos garantir é que a Sema tomará todos os cuidados para que os empreendimentos causem o mínimo impacto".

O Ministério Público disse que iria cobrar explicações da Sema. Ambientalistas manifestaram o temor de que o modelo de "revisão" aplicada ao Cristalino se repita em outras áreas protegidas do Estado. "Nosso receio é que isso crie um precedente", afirmou Laurent Micol, coordenador executivo do ICV.

Em artigo publicado na internet, a bióloga Angela Kuczach, diretora executiva da Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, criticou o que chamou de "manobra política".

"Transformar Alta Floresta na próxima Altamira da Amazônia não resolve a vida de ninguém, nem das pessoas e nem das espécies que dependem daquela região como seu refúgio de sobrevivência".

7-07/04/2014

Fertilizante à base de composto mineral reduz poluição e aumenta produtividade

Alana Gandra - Repórter da Agência Brasil Edição: Fábio Massalli

Um composto mineral, descoberto por meio de um projeto multidisciplinar que envolveu quatro instituições científicas vinculadas ao governo federal, pode produzir fertilizante que aumenta a produtividade agrícola e reduz, ao mesmo tempo, o impacto ao meio ambiente.

A pesquisa foi desenvolvida pelo Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), do Ministério de Minas e Energia. A invenção Composição Mineral Zeolítica, Processos de Modificação e Utilização teve patente concedida recentemente pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

A pesquisadora do Cetem Marisa Monte destacou hoje (7), em entrevista à **Agência Brasil**, que a parceria com a Embrapa foi essencial para fazer uma inovação no uso do mineral para aplicação na agricultura. A partir da produção de concentrados zeolíticos (grupo numeroso de minerais que têm uma estrutura porosa), foram efetuadas

modificações nas propriedades de superfície dessas partículas, de modo que elas pudessem fazer a troca de nutrientes, que é típico de materiais porosos.

No processo, foi utilizada uma zeólita do Brasil, encontrada no Maranhão, que não é altamente pura como as zeólitas de Cuba, por exemplo, porque vem misturada com outras argilas. Marisa observou, porém, que “a mistura da argila com ela promove uma boa capacidade de troca e faz com que ela consiga usar esses nutrientes na agricultura”.

Outra vantagem desse material poroso, disse, é na irrigação. “Ele reduz em 50% a necessidade do ciclo de irrigação”. O trabalho comparou, ainda, a utilização de material comum incorporado com ureia (amônia), que é usado na agricultura, com o composto mineral desenvolvido a partir de concentrados zeolíticos.

“Com esse material, a gente descobriu que podia reduzir em 80% a perda de nutrientes na volatilização”, pelo fato de liberar mais lentamente e estar mais protegido. “O aquecimento faz com que a amônia volatilize tanto quanto acontece quando você joga ureia a lance [no pasto ou no plantio]”. Isso significa que, como o composto zeolítico faz troca de nutrientes, ele capta o excesso e libera os nutrientes de forma bem lenta. “É como na alimentação infantil. Não adianta querer dar tudo de uma vez. Tem que dar aos poucos. A mesma coisa [se aplica] à planta, para ela crescer”, explicou.

Inicialmente, foram feitos testes para o crescimento de mudas de plantas cítricas. O Brasil é o primeiro do *ranking* mundial na produção de mudas, disse a pesquisadora do Cetem. Essas mudas crescem em ambientes fechados, livres de contaminação. O uso do material para crescimento das mudas aumentou em 40% a produtividade.

Depois, foram feitos testes com tomate, alface e arroz em ciclos de cultura. Também aí, os testes comprovaram que o material libera lentamente os nutrientes. “Você pode usar o material em uma, duas ou três culturas diferentes”. Outros testes foram feitos com o plantio de flores, obtendo o mesmo resultado.

Marisa admitiu que a descoberta pode, “de certa forma”, vir a substituir a importação de fertilizantes pelo Brasil. “O consumo é menor do que utilizando fertilizantes solúveis, que não são produtivos. Então, de certa forma, você pode reduzir a importação. Porque, se ele libera [nutrientes] lentamente, a planta pode ir absorvendo no tempo que é compatível como o seu metabolismo, com o seu crescimento. Dá para você criar um protocolo analítico para essas coisas”.

Já de posse da patente, os pesquisadores têm intenção agora de comercializar o produto. Marisa informou que algumas empresas, entre as quais a Petrobras, já manifestaram interesse. Ela adiantou que a ideia de utilizar a matriz abre a perspectiva de usar o composto com outros minerais porosos, sempre com o projeto de utilização como fertilizante. Marisa salientou, ainda, que a aplicação do material seria interessante na agricultura orgânica, porque pode fazer incorporações nas zeólitas, e não utilizar produto químico.

De acordo com o Cetem, o invento é uma alternativa ao uso de fertilizantes solúveis, que poluem as águas e geram desperdício de nutrientes.

8-07/04/2014

Comunidade quer rigor em licenças ambientais para mineradoras



SYLMA LIMA

Corumbá (MS)- Uma audiência pública marcada para o próximo dia 10 de Abril está mobilizando a comunidade da região de Maria Coelho, distante 42 km de Corumbá, na BR 262. A preocupação com relação ao projeto de expansão da mineradora Vetorial/Vetria- que quer ampliar a capacidade de extração mineral de 500 mil para 28 milhões de toneladas ao ano- é com relação à água. Segundo moradores da região, que atualmente convivem com poeira, falta de escola e água barrenta em dias de chuva devido a lavagem do minério, a situação é desesperadora porque, é das suas terras que vem o sustento de suas famílias.

O debate é antigo e a própria Vale, quando apresentou o seu projeto de expansão também afirmou que utilizaria água captada do rio Paraguai, entretanto já se passaram seis anos da ultima audiência, e mesmo após a liberação do licenciamento prévio concedido pelo IBAMA a lavagem ainda é feita com água oriunda dos poços já perfurados na morraria, hoje prática proibida devido a proximidade do nível do sub – solo com o aquífero guarani, maior reserva de água potável do planeta. A Vale já foi multada pela justiça por ter provocada uma explosão destruindo a nascente do manancial do Urucum, hoje com uma ação na justiça, impetrada pelos moradores que aguardam indenização pelo dano irreversível e incalculável.

9-07/04/2014

Jochen Tilk é o novo CEO da Potash

A companhia de fertilizantes canadense Potash anunciou ontem Jochen Tilk como novo presidente e executivo-chefe (CEO) da companhia. Ele assumirá em 1º de julho, substituindo Bill Doyle, há 27 anos no cargo.

Tilk trabalhou por 30 anos na indústria de mineração e, recentemente, era o presidente e CEO da companhia Inmet Mining. “Jochen é conhecido por seu foco na excelência operacional e no crescimento disciplinado”, afirmou Dallas Howe, presidente do Conselho de Diretores da Potash.

Após deixar as funções de presidente e CEO, Doyle continuará na Potash como consultor sênior até junho de 2015, informou a companhia.

(Dow Jones Newswires)

10-07/04/2014

EVENTO REÚNE EM CAMPO GRANDE (MS) EMPRESAS QUE UTILIZAM GEOTECNOLOGIA]

A cidade de Campo Grande (MS) receberá, em novembro, o 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal – 5º GeoPantanal, que terá com tema este ano a “Interação planalto e planície, sistema produtivo e sustentabilidade”. O objetivo é promover o encontro entre profissionais da área, pesquisadores, professores e estudantes de nível técnico, graduação e pós-graduação interessados nos estudos sobre o uso de geotecnologias no bioma pantaneiro. Entre as empresas convidadas estão mineradoras, empresas do setor de agricultura, entre outras que utilizam geotecnologias. O evento acontece nos dias 22 a 26 de novembro.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

11-07/04/2014

MAIOR PROJETO DE MAGNETITA DA AUSTRÁLIA RECEBE APROVAÇÃO FEDERAL

O projeto Central Eyre, de minério de ferro, deverá empregar 2.000 pessoas e adicionar 3 bilhões de dólares por ano à economia do sul da Austrália.

A produção esperada da mina é de 21,5 milhões de toneladas por ano por 25 anos. O CAPEX, de 4,5 bilhões de dólares, inclui um porto de águas profundas, ferrovia e eletricidade. Central Eyre visa, exclusivamente a China e deverá significar uma importante contribuição à economia da pequena Wudinna e adjacências.

O minério é uma formação ferrífera metamórfica a base de magnetita com uma extensão de 6.000m e recursos de 3,7 bilhões de toneladas com um teor médio muito baixo, em torno de 25% de ferro. No entanto o que faz o projeto ser econômico é o seu baixo custo de concentração.

O projeto venderá um concentrado de altíssimo teor (68% ferro) de magnetita, o que até pouco tempo atrás era palavrão na Austrália. Os australianos estão acostumados com minérios hematíticos e goethíticos e Central Eyre está mudando os paradigmas locais.

Fonte: Geólogo

12-07/04/2014

URANIUM HUNTER DIZ TER RECURSOS DE 96 MIL QUILATES DE DIAMANTES NO BRASIL

A Uranium Hunter divulgou na última sexta-feira (4) um sumário sobre os trabalhos já realizados no projeto de diamante Rio Preto, em Minas Gerais. Segundo a empresa, os

recursos atuais estão estimados em 96.367 quilates de diamantes recuperáveis, com base em um volume de minério de 563 mil metros cúbicos, com teor médio de 0,171 quilates por metro cúbico. A empresa não revelou quem é o vendedor do projeto no Brasil.

Segundo o Britador, colunista do NMB, a empresa canadense que teria vendido os direitos minerários é a Minas Core Mining, cujo único executivo é Richard Youssef Jbeily, sobrinho de François Elias Al Khouri, que tem como representante legal sua esposa Eliane Cury.

Al Khouri é dono da mineradora Nova Mineração, que tem uma autorização de pesquisa para diamantes em Coromandel (MG). Juntos, Jbeily, Al Khouri e Eliane são réus em um processo penal de abuso econômico.

De acordo com a Uranium, trabalhos anteriores abrangem um extenso programa de sondagem que incluiu a abertura de 80 cavas em cinco áreas diferentes.

A mineradora afirmou que uma amostra global de 15mx30m e espessura média de 0,6 metros também foi coletada. Um total de 33 diamantes de qualidade, de 0,08 a 5,83 quilates, foram encontrados durante o programa de amostragem, com uma variação de cores entre incolor, rosa e amarelo canário.

Os formatos dos diamantes variam entre arredondados e octaédricos, o que sugere a possibilidade de um kimberlito na área. A expectativa da empresa é que a maioria dos diamantes extraídos tenham mais de três quilates.

"A companhia está em fase final de elaboração de trabalhos abrangentes no projeto Rio Petro [sic], com início das operações prevista para meados do segundo semestre deste ano", afirmou Reno Calabrigo, presidente da empresa.

A Uranium Hunter é uma empresa que atua com a exploração e desenvolvimento de urânio em propriedades na África Oriental, como, por exemplo, na Tanzânia. A empresa também possui 45% de participação em um projeto de ouro e diamante na Guiana. A Uranium detém 66 direitos minerários.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

13-08/04/2014

ATLAS COPCO LANÇA EQUIPAMENTO MÓVEL PARA “ABERTURA DE POÇOS” EM MINAS SUBTERRÂNEAS

Atlas Copco lança um novo equipamento móvel para “aberturas de poços” em minas subterrâneas. O novo equipamento, chamado Easer, pode executar tanto o alargamento ascendente direto (box hole boring) ou descendente direto (down-reaming) com um diâmetro de 750 mm, assim como “raiseboring” convencional com diâmetros de até 1.200 mm.

Desde sua introdução nos anos 60, a técnica de escavação mecânica denominada raiseboring é considerada a maneira mais segura e produtiva de abertura de poços na

maioria das aplicações em mineração. No método “block caving”, e na maioria dos métodos de “sublevel”, grande quantidade de “raises” operam como face livre para expansão do maciço rochoso durante a detonação.

Equipamentos tipo “raiseboring” tradicionais geralmente necessitam uma plataforma de concreto e tirantes de fixação para manter o equipamento estável durante a operação. O tempo de escavação efetiva é geralmente inferior a 50% do tempo total de ciclo para estas pequenas faces livres.

A crescente demanda por um equipamento altamente móvel e versátil, especificamente projetado para criar estas aberturas de maneira segura e eficiente, impulsionou o desenvolvimento do Easer. O equipamento pode executar furos de 750 mm com comprimento de até 60 m. Utiliza tubos padrão de 200 mm (8 in) com bit piloto de 228 mm (39 in).

Todos os componentes necessários à operação são integrados ao chassi, com exceção dos tubos, e o procedimento de setup não requer nenhuma preparação na frente de trabalho.

“Nossa missão no desenvolvimento do Easer era acelerar a operação,” diz Johnny Lyly, Gerente de Produto na Atlas Copco. “A sequência para executar um furo de 40 metros, desde o setup até sua parada leva menos de 30 horas, e o setup/desligamento feito em menos de 1 hora”

O Easer oferece os mesmos métodos de perfuração dos equipamentos tradicionais: box hole boring, down-reaming e raiseboring convencional. Para mudar de box hole boring para down-reaming, a caixa de engrenagem gira 180 graus – simples operação que pode ser executada em uma oficina subterrânea. No método raiseboring, o Easer pode perfurar até 1.200 mm de diâmetro.

O nome Easer deriva de uma expressão “ease off”, que significa liberar ou aliviar a pressão, utilizada como referência ao furo de face livre no desmonte de rocha durante a detonação.

O Easer tem previsão de lançamento durante 2014.

Fonte: Radar industrial

14-08/04/2014

Guerrilheiros da Renamo atacam comboio da VALE

Um grupo de homens fortemente armados e pertencentes a Renamo atacou esta semana um comboio da mineradora Brasileira VALE. A locomotiva carregada de carvão mineral fazia o trajecto Moatize-Beira.

O ataque deu-se precisamente na zona de Samacueza e Savane na provincia de Sofala na linha de Sena, que é a principal via para o escoamento de carvão mineral das mineradoras que operam na província de Tete.

O ataque resultou em ferimentos ao maquinista na perna ao ser atingido por balas. O mesmo conseguiu desatrelar a locomotiva da composição composta por 42 vagões e chegou a cidade da Beira onde recebeu os primeiros socorros no Hospital Central da Beira.

Este ataque surge numa altura em que as delegações do governo e da Renamo tentam aproximar os seus posicionamentos para pôr fim a actual tensão político-militar que se verifica no país.

Com este ataque a mineradora VALE, decidiu de imediato suspender o transporte de carvão a partir das minas de Moatize na provincial de Tete para o porto da Beira na provincial de Sofala.

É o primeiro ataque a um comboio desde que eclodiu a escalada de violência no país. De recordar que o líder da Renamo Afonso Dhlakama prometeu paralisar tudo, incluindo a circulação de comboios caso as suas exigências não fossem satisfeitas.

Com este ataque os guerrilheiros de Afonso Dhlakama estão a ampliar o seu campo de acção, uma vez que tinha como principal alvo a Estrada Nacional Número 1 (EN1), concretamente o troço Save-Muxúngué, onde os alvos eram viaturas e bens, e os automobilistas foram obrigados a andarem escoltados.

Refira-se que, há menos de duas semanas, indivíduos desconhecidos colocaram barricadas na linha de Sena na zona onde deu-se o ataque, compostas por troncos, pedras, felizmente não aconteceu o pior porque os maquinistas estiveram atentos.

Por:Luís Muianga/Maputo-Moçambique

15-08/04/2014

CONIM - COMITÊ PARA A NORMALIZAÇÃO INTERNACIONAL EM MINERAÇÃO

O IBRAM desenvolve desde 1994 um amplo programa de apoio às empresas que atuam na indústria da mineração: o **CONIM - Comitê para a Normalização Internacional em Mineração**.

Sediado no IBRAM-MG, o CONIM coordena e fortalece a participação das empresas brasileiras de minério de ferro nos trabalhos de desenvolvimento de normas técnicas na ISO e na ABNT.

Estas normas são de suma importância para os fornecedores e consumidores de minério, uma vez que são usadas para quantificar as características de qualidade dos minérios, sobre as quais se faz o cálculo de faturamento, prêmios e multas de cada carregamento.

Recentemente, em 2007, o CONIM ampliou ainda mais seu leque de apoio e passou a coordenar também a participação das empresas produtoras de minério e concentrados de cobre e níquel nos trabalhos da ISO. Por essa iniciativa, tal como ocorreu com o minério

de ferro, a presença brasileira nesses trabalhos se fortaleceu a tal ponto que o Brasil foi escolhido para sediar, em Belo Horizonte, a reunião do ISO/TC 183 - Copper, lead, zinc and nickel ores and concentrates (Minérios e concentrados de cobre, chumbo, zinco e níquel), em 2008.

Dispor de uma norma técnica de alto nível para atender as necessidades da interface comercial é fundamental em vários setores produtivos, inclusive, na mineração. Mas não é suficiente, já que, se não for aplicada corretamente, os resultados podem prejudicar os interesses do fornecedor ou do consumidor.

Nos últimos anos ocorreu intensa mudança no quadro de profissionais das empresas e, conseqüentemente, perdeu-se boa parte da experiência mais sedimentada de aplicação das normas para controle de produção e embarques. Atento a isso, e vindo também ao encontro das solicitações das empresas, o CONIM criou um programa de cursos ministrados por experientes especialistas de cada área. A iniciativa já resultou em enormes ganhos de produtividade para a indústria mineral.

Fonte: IBRAM

16-08/04/2014

HOLCIM E LAFARGE ANUNCIAM FUSÃO DE OPERAÇÕES

Dia 7 de abril foi anunciada a fusão entre a Lafarge e Holcim, que criará o maior grupo cimenteiro do mundo. As vendas somadas atingem o patamar de US\$ 44 bilhões e o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) cerca de US\$ 8,93 bilhões. O objetivo declarado é o de associar o portfólio de produtos e serviços dos dois grupos para atender à demanda atual da indústria de materiais de construção e os desafios da crescente urbanização. Analistas internacionais também veem o negócio como uma forma de racionalizar o excesso de capacidade instalada e equacionar dívidas contraídas por ambos os grupos.

A otimização projetada é da ordem de 10 a 15% do EBITDA total. Sinergias complementares, ao longo dos três próximos anos, são calculadas em US\$ 1,92 bilhões. A transação foi estruturada como uma oferta pública de ações, feita por iniciativa da Holcim, em igualdade de condições. O board também já foi definido nesses termos, com sete diretorias para cada grupo, tendo Wolfgang Reitzle (Holcim) como chairman e Bruno Lafont (Lafarge) como CEO e membro da diretoria. No total são 90 operações ao redor do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em países industrializados. A conclusão do processo de fusão está prevista para 2015.

Fonte: In the mine

17-08/04/2014

GERDAU FAZ PROPOSTA PELA FRANCESA ASCOMETAL

A Gerdau apresentou proposta preliminar, em processo de "plano de cessão", para assumir as operações da Ascometal, produtora de aços especiais baseada na França.

Segundo o comunicado, a proposta compreende 41,5 milhões de euros, além de valor relativo aos estoques a ser determinado após diligências.

A Ascometal possui 920 mil toneladas anuais de capacidade instalada de aço em três unidades siderúrgicas, localizadas em Hagondange, Les Dunes e Fos-sur-Mer, atuando nos mercados automotivo, óleo e gás, ferrovia, agricultura e equipamentos industriais.

Ainda conforme a nota da Gerdau, a Ascometal teve seu processo de recuperação judicial deferido em março de 2014, a partir de quando se iniciou a etapa para que interessados em assumir operações da empresa apresentassem propostas que serão valorizadas visando a continuidade das atividades.

"Após a decisão pela Justiça francesa em relação às propostas apresentadas pelos potenciais interessados, a efetivação do negócio deverá ocorrer até o final do segundo trimestre de 2014, condicionada às demais aprovações necessárias", diz a Gerdau.

Também segundo a siderúrgica, o objetivo com essa operação é ampliar a sua presença no mercado globalizado da indústria automobilística, como fornecedor de aços longos especiais (SBQ).

Fonte: Diário do Comércio

18-08/04/2014

CENTAURUS RETORNA AO MERCADO

Mineradora busca recursos para dar prosseguimento aos projetos em andamento em Minas

A Centaurus Metals, mineradora com capital australiano sediada em Belo Horizonte, busca recursos para dar prosseguimento aos seus projetos em Minas Gerais. A mineradora já captou US\$ 5 milhões com a emissão de ações e uma nova operação deverá ser realizada.

De acordo com comunicado da empresa, foram emitidas 40 milhões de ações. Cada papel foi negociado por US\$ 0,125. Participaram da operação tanto novos investidores quanto os antigos acionistas da mineradora.

A multinacional informa também que pretende lançar plano de compras de ações para permitir que os atuais acionistas participem do aumento de capital. Na operação, a empresa pretende levantar US\$ 2 milhões.

Conforme o documento, os recursos obtidos permitirão à Centaurus manter o ritmo atual de desenvolvimento em seu principal projeto, denominado Jambreiro. O complexo minerário, instalado em São João Evangelista, no Vale do Rio Doce, terá aportes de US\$ 47 milhões para produzir 1 milhão de toneladas/ano de minério de ferro em uma primeira fase.

Cronograma apresentado anteriormente pela companhia aponta que as obras deverão ser iniciadas ainda neste semestre. O startup do projeto deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2015.

Os recursos também serão utilizados nas perfurações, licenciamentos e outras ações necessárias ao pré-desenvolvimento do projeto Candoga, localizado na região de Guanhães (Vale do Rio Doce) e está a 35 quilômetros de distância de Jambreiro. Na última semana, a empresa anunciou que identificou minerais de alta qualidade, com teor de 66% de ferro e baixa impureza no complexo. Além disso, o material compreende minério de ferro granulado e pronto para a entrega.

Com os resultados, a empresa busca acelerar o desenvolvimento do projeto, que será de pequena escala. A mineradora já apresentou o relatório final de exploração ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Centaurus pretende ainda dar entrada com o pedido de Guia de Utilização (GU) junto ao departamento. Caso consiga a licença, a empresa poderá extrair até 300 mil toneladas de minério “run of mine” anualmente.

Fonte: Diário do Comércio

19-08/04/2014

KEMIRA BUSCA PARCERIAS PARA AUMENTAR PARTICIPAÇÃO NO SETOR DE MINERAÇÃO DO BRASIL

A Kemira Chemicals está em busca de parceiros no país para desenvolver agentes químicos, que melhoram o processo de beneficiamento de ouro, e pretende fechar contratos longos. A empresa finlandesa tem um crescimento anual entre 50% e 60% no setor de mineração no país, segundo Sérgio Cabo, vice-presidente de Mineração e Óleo da companhia.

Em entrevista ao NMB, Cabo explica que a Kemira trabalha com o objetivo de repensar a mineração e identificar oportunidades de melhorias e inovações no mercado por meio de parcerias. “Nós queremos fazer a mineradora crescer e crescer junto com ela. Trata-se do share gains, uma filosofia de compartilhar os ganhos, um acordo de cooperação que desenvolve sustentabilidade”, disse.

O vice-presidente explica que a Kemira, desde 2009 no setor de mineração do país, já tem clientes importantes, como Vale, Samarco, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), AngloGold Ashanti e Kinross. Ainda assim, Cabo disse acreditar que a empresa tem um espaço muito grande para desenvolver no Brasil, à medida que a confiança na marca aumentar e os relacionamentos se estreitarem.

“Esse é o momento certo para se fortalecer para o futuro. O lance do momento é a sustentabilidade, ou seja, produzir muito mais, usando muito menos. Nós queremos mostrar que a Kemira pode ser diferente, porque vamos mudar de pensamento, mudar de conceito”, afirmou o vice-presidente ao NMB.

De acordo com Cabo, como 50% do crescimento esperado para o minério de ferro virá de novos projetos, segundo dados da Vale, as plantas de flotação terão que ser adaptadas.

“O minério de ferro está cada vez mais complicado, pelo seu tipo e pela quantidade de ganga. O teor médio estimado para os próximos dois anos é de 3% a 5% menor. Além disso, as questões ambientais, como disponibilidade de energia, disponibilidade de água e regulamentações que o Brasil tem seguido são um problema”, disse ele, durante o Seminário Brasil Finlândia, realizado na última quinta-feira (3), em Belo Horizonte.

O vice-presidente da Kemira prevê custos mais altos e preços mais baixos do que o esperado para o setor de minério de ferro no Brasil. Segundo ele, em 2016 e 2017 os custos com químicos devem crescer entre 60% e 70%.

De acordo com Cabo, a Kemira busca como objetivo secundário desenvolver negócios na área de bauxita e alumínio.

A Kemira comprou a italiana 3F Chimica, em julho de 2013, por US\$ 166 milhões. A receita da empresa adquirida no ano passado foi de cerca de US\$ 103 milhões. A Kemira, em 2013, teve uma receita de US\$ 3 bilhões.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

20-08/04/2014

Minério de ferro atinge máxima de 6 semanas na China



CINGAPURA, 8 Abr (Reuters) - O preço do minério de ferro no mercado físico chinês atingiu a máxima de seis semanas nesta terça-feira, enquanto os contratos futuros do aço na bolsa de Xangai subiram às máximas de um mês depois de um feriado no país e em meio ao otimismo de que a demanda por aço vai continuar firme depois de uma queda nos estoques no começo de março.

O estoque de produtos de aço mantido por comerciantes na China, maior consumidor do produto, caiu em cerca de 2 milhões de toneladas nas últimas cinco semanas, para 18,67 milhões de toneladas no início de abril, refletindo uma demanda firme.

O consumo pode se fortalecer ainda mais ao longo de maio, quando a demanda por aço geralmente aumenta acompanhando a aceleração das atividades de construção civil.

O contrato mais negociado de vergalhão na bolsa de Xangai fechou a terça-feira com alta de 1,9 por cento.

"Participantes do mercado estão antecipando que o consumo irá subir ainda mais em abril e maio, e o governo também está tentando estimular a economia no curto prazo", disse Zhou Ting, analista da Jinrui Futures, em Shenzhen.

O governo chinês acelerou os gastos com ferrovias e outros projetos em regiões mais pobres do país e também cortou impostos para pequenos negócios em uma tentativa de acelerar a economia.

O minério de ferro com entrega imediata na China subiu 0,85 por cento para 118,20 dólares por tonelada nesta terça-feira, maior patamar desde 25 de fevereiro, segundo dados compilados pela Steel Index.

As cotações já se recuperaram cerca de 13 por cento desde a mínima de um ano e meio registrada no início de março, de 104,7 dólares por tonelada.

Vinte e oito navios foram afretados na semana passada para transportar minério de ferro com entrega imediata para compradores chineses, o maior volume desde a semana encerrada em 21 de fevereiro, afirmou Jeffrey Landsberg, diretor da consultoria Commodore Research & Consultancy.

"A China continua a mostrar que sua demanda por minério de ferro de alta qualidade, que permanece a preços ainda relativamente baratos, é muito forte ", disse Landsberg, em nota.

Os estoques de minério de ferro nos portos chineses caíram ante um recorde registrado na semana passada, no primeiro recuo desde dezembro, para 107,65 milhões de toneladas ante 108,45 milhões na semana passada.

"Acreditamos que estes estoques vão recuar ainda mais em abril, com o clima quente combinado ao empurrão do governo chinês estimulando a demanda pelo usuário final", disse o analista de recursos do Morgans Financial, James Wilson, em nota.

(Por Manolo Serapio Jr.

21-09/04/2014

Porto Sudeste busca acordo com Usiminas para dívida em contrato

Por **Francisco Góes | Do Rio**

Os novos controladores do Porto Sudeste do Brasil, liderados pela Impala, estão buscando um acordo com a Usiminas em torno de um contrato firme ("take or pay") para embarque de minério de ferro cujas cláusulas não foram cumpridas conforme o previsto.

Quando o porto ainda pertencia à mineradora MMX, de Eike Batista, acertou-se com a Usiminas que o contrato de "take or pay" passaria a valer a partir de 1º de janeiro de 2013 ou quando o porto entrasse em operação, o que ocorresse primeiro. As obras atrasaram e a previsão é de que o terminal, situado em Itaguaí (RJ), comece a operar a partir de agosto de 2014.

O atraso gerou multa em favor da Usiminas que os novos sócios do Porto Sudeste tentam negociar. "Estamos em negociações amigáveis [com a Usiminas]", disse Mariano Marcondes Ferraz, membro do conselho de administração do consórcio Porto Sudeste. O consórcio é formado pela Impala, subsidiária da trading Trafigura, e por Mubadala, empresa de investimentos e desenvolvimento de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Juntas as duas empresas têm 65% do Porto Sudeste. Os restantes 35% continuam com a MMX.

Conforme noticiado ontem pelo **ValorPRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a Usiminas Mineração (Musa) sugeriu que vai defender seus direitos no contrato: "Plenamente capacitada em volume para exportar, a Musa desconhece a posição do Porto Sudeste, hoje administrado pela Trafigura e Mubadala. A Musa informa ainda que a dívida em questão cresce progressivamente enquanto o porto não entra em operação."

A tarifa estabelecida pela MMX no contrato com a Usiminas foi de US\$ 12,63 por tonelada embarcada, valor reajustado por um índice que mede a inflação americana. Quando atingir plena capacidade em 2016, o porto terá capacidade para movimentar 50 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Mas essa capacidade poderá chegar a 70 milhões com investimentos adicionais que estão sendo analisados pelos novos sócios.

Fonte que conhece o contrato disse que o tom entre MMX e Usiminas era amigável na época em que o porto ainda pertencia à mineradora. E afirmou não acreditar que isso vá mudar agora, uma vez que o porto precisa da Usiminas e a Usiminas, do porto. A tentativa do Porto Sudeste, que "herdou" esse contrato ao comprar as instalações portuárias de Batista, é evitar um contencioso uma vez que as duas empresas deverão ter uma relação comercial de longo prazo. A Usiminas tem planos de expandir a produção de minério de ferro em Minas Gerais em mais 17 milhões de toneladas, mas ainda não conta com porto próprio.

A busca de acordo também tenta evitar o que aconteceu com a própria MMX, que discute outro contrato firme não cumprido, este de transporte de minério de ferro com a concessionária ferroviária MRS Logística. MMX e MRS poderão ter que decidir o assunto em um tribunal arbitral. O presidente da MMX, Carlos Gonzalez, já afirmou que o lema da empresa agora é não ter mais contratos "take or pay". A empresa fez provisões de cerca de R\$ 230 milhões para os contratos com Usiminas e MRS.

22-09/04/2014

Curtas

Alcoa tem prejuízo

A americana Alcoa, maior produtora de alumínio do mundo, passou de lucro para prejuízo no primeiro trimestre afetada por perdas não recorrentes para reduzir a capacidade de fundição. A empresa teve prejuízo de US\$ 178 milhões de janeiro a março, ante ganhos de US\$ 149 milhões um ano antes. O resultado ajustado de US\$ 0,09 por ação no trimestre superou os US\$ 0,05 por papel previstos por analistas. A receita líquida da Alcoa somou US\$ 5,45 bilhões nos três primeiros meses do ano, queda de 6,5% em relação aos US\$ 5,83 bilhões apurados um ano antes.

Corte de produção pesa

A redução de capacidade de extração de bauxita e de beneficiamento em alumínio e alumina, ao lado de um recuo de 8% nos preços realizados do alumínio, explicam a queda do faturamento, segundo a Alcoa. Custos e despesas subiram 2,3% em bases anuais, para US\$ 5,73 bilhões. As despesas com reestruturação alcançaram US\$ 461 milhões.

Minério de ferro avança

Em sua quarta alta seguida, o minério de ferro avançou 0,9% e foi negociado a US\$ 118,20 a tonelada ontem no mercado à vista da China, maior preço desde 25 de fevereiro. O valor é do minério com concentração de 62% de ferro, a especificação mais usada como referência no mercado. Produtos da cadeia do aço foram impulsionados ontem por rumores de que a China adotará mais medidas de estímulo à economia. O Deutsche Bank reduziu sua projeção nesta semana para US\$ 113 a tonelada em 2014, em média.

Preço do níquel em alta

A demanda por níquel seguirá moderada neste ano e no próximo, com aumento de 3,5% a 4% ao ano, mas a redução da oferta do metal impulsionará o preço, diz Stephen Briggs, analista do BNP Paribas. Em relatório, ele estima um preço médio de US\$ 16.250 por tonelada em 2014 e de US\$ 18.500, em 2015. O níquel acumula alta de 18% neste ano e vem sendo negociado a US\$ 14.800, em média.

Fonte: Valor online

23-09/04/2014

Alcoa sai de lucro para prejuízo de US\$ 178 milhões no 1º trimestre

Por **Tatiane Bortolozzi** | Valor

SÃO PAULO - A americana Alcoa, maior produtora de alumínio do mundo, passou de lucro para prejuízo no primeiro trimestre, afetada por perdas não recorrentes para reduzir a capacidade de fundição. A empresa teve prejuízo de US\$ 178 milhões no trimestre, ante ganhos de US\$ 149 milhões um ano antes.

O resultado da companhia marca o início não oficial da temporada de resultados nos Estados Unidos. Desde que a Alcoa deixou o índice Dow Jones, em setembro de 2013, a empresa perdeu importância como referência para as divulgações seguintes.

O resultado ajustado de US\$ 0,09 por ação no trimestre superou os US\$ 0,05 por papel previstos por analistas. A ação subiu cerca de 2% após o fechamento do pregão regular da bolsa de Nova York às 17h30 (horário de Brasília), cotada a US\$ 12,83.

A receita líquida somou US\$ 5,45 bilhões nos três meses encerrados em março, queda de 6,5% em relação aos US\$ 5,83 bilhões apurados um ano antes e ligeiramente abaixo da expectativa de US\$ 5,55 bilhões do conselho. A redução de capacidade no segmento de extração de bauxita e beneficiamento em alumínio e alumina, ao lado de um recuo de 8% nos preços realizados do alumínio, explicam a queda do faturamento, segundo a empresa.

Os custos e despesas totais subiram 2,3% no trimestre, em bases anuais, para US\$ 5,73 bilhões. As despesas com reestruturação alcançaram US\$ 461 milhões no trimestre, de US\$ 7 milhões um ano antes.

Além disso, a empresa fez uma provisão de US\$ 64 milhões para impostos sobre o lucro, ante o benefício de US\$ 77 milhões obtido um ano antes.

A Alcoa continua a projetar um aumento de 7% na demanda global de alumínio em 2014. A empresa elevou a perspectiva de avanço no segmento aeroespacial em 1 ponto percentual, para um intervalo de 8% a 9% este ano, devido à forte demanda no setor.

(Tatiane Bortolozzi | Valor)

24-09/04/2014

IBRAM DIVULGA RELATÓRIO SOBRE A 1ª FASE DA PESQUISA DE MONITORAMENTO DE UNIVERSIDADES

Pesquisa desenvolvida pelo Instituto deu início ao monitoramento de instituições de nível superior com cursos relacionados à indústria mineral

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM – www.ibram.org.br) finalizou o relatório da primeira fase da pesquisa de monitoramento das instituições de nível

superior que oferecem cursos voltados à área mineral. O objetivo principal foi, além de estreitar o relacionamento com os futuros profissionais do setor, estimular a produção de trabalhos acadêmicos e a participação em congressos promovidos pelo Instituto, como o **CBMINA** 2014, evento que reúne o 8º Congresso Brasileiro de Mina Aberta e 8º Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea e o 16º Congresso Brasileiro de Mineração 2015, realizado simultaneamente à **EXPOSIBRAM**.

O Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento do IBRAM esteve em contato com 81 cursos de 34 diferentes instituições e obteve retorno de 42 deles, ou seja, 51,85%. O universo de 81 cursos foi obtido junto ao INEP com dados do Censo 2012, uma vez que o Censo 2013 ainda não está disponível para consulta. Entre os cursos monitorados pelo IBRAM estavam: Engenharia de Materiais e Metalurgia; Engenharia Metalúrgica e de Materiais; Engenharia de Minas; Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia Geológica, Engenharia Metalúrgica, Geofísica, Geologia e Geoprocessamento.

Até o dia 25 de março, data marcada para a finalização da primeira fase, o Departamento de Pesquisa considerou a resposta de 167 questionários. Entre os professores, 72% eram homens e 28% mulheres. A pesquisa apontou que 80% dos envolvidos possuíam conhecimento em relação ao IBRAM e 59% já haviam visitado website do Instituto sendo que, 47%, já participaram de eventos realizados pelo Instituto. Para conhecer mais dados sobre a pesquisa, leia o relatório final em anexo.

O IBRAM busca nesse processo, mesmo que de forma secundária, o estímulo à ampliação do investimento público e privado em PDI&E, o fortalecimento e ampliação das instituições de PDI&E no País, e o incentivo à interlocução, coordenação e integração entre as diversas instituições promotoras de estudos, regulação, pesquisa e desenvolvimento em recursos minerais.

Faz parte dos trabalhos desenvolvidos pelo IBRAM fomentar o desenvolvimento sustentável e o uso das melhores práticas de segurança e saúde ocupacional na mineração, estimulando os estudos, pesquisa, desenvolvimento, inovação e o uso das mais modernas tecnologias disponíveis. Além disso, o intercâmbio de ideias e conhecimentos, bem como a discussão de entraves do setor mineral e de temas de interesse da indústria mineral são muito estimulados pelo Instituto, principalmente nos eventos promovidos pela entidade.

Os próximos eventos promovidos pelo **IBRAM** são: Congresso Brasileiro de Mina a Céu Aberto e o Congresso Brasileiro de Mina Subterrânea (**CBMINA** – 6 a 8 de Agosto de 2014), Exposição Internacional de Mineração da Amazônia e Congresso de Mineração da Amazônia (**EXPOSIBRAM AM** - 12 a 23 de Novembro de 2014), Exposição Internacional de Mineração e Congresso Brasileiro de Mineração (**EXPOSIBRAM** – 14 a 17 de Setembro 2015) e World Mining Congress (Outubro 2016).

A próxima etapa da Pesquisa será a separação das linhas de pesquisa identificadas em grupos afins. Para mais informações, entre em contato pelo email pesquisa@ibram.org.br

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

25-09/04/2014

Relatório da Guiné pede cassação de 2 concessões da BSGR, parceira da Vale

Reuters

CONAKRY, 9 Abr (Reuters) - Um relatório do governo da Guiné recomendou que a BSG Resources (BSGR) perca duas concessões de minério de ferro, dizendo que a companhia do bilionário israelense Beny Steinmetz as obteve por meio de corrupção.

O relatório, divulgado nesta quarta-feira, recomendou que a Guiné retire as permissões de mineração do depósito gigante de minério de ferro de Simandou e que cancele a concessão de Zogota.

O documento também pede que o governo exclua a VBG, uma joint venture entre a BSGR e a mineradora Vale, de qualquer processo futuro para realocação de licenças.

"Há um conjunto de evidências precisas e coerentes com certeza suficiente da existência de práticas de corrupção que mancharam a emissão dos direitos de mineração e da concessão de mineração para Simandou e Zogota para a BSGR", disse o relatório.

"Desta forma, as práticas de corrupção também mancharam e afetaram os direitos e concessões de mineração atualmente detidos pela joint venture VBG", disse o documento.

A BSGR, braço de mineração do conglomerado de Steinmetz, negou as alegações e disse que o governo está baseando-se em alegações fabricada e em um processo ilegítimo para justificar um plano de retomada das minas e premiação de aliados políticos. A empresa disse que irá buscar arbitragem internacional.

Fontes disseram à Reuters, em março, que o comitê que preparava o relatório iria recomendar a cassação das licenças.

O relatório disse que a Vale, maior acionista da joint venture VBG, não participou da corrupção.

Segundo uma fonte próxima da mineradora brasileira, a companhia já gastou mais de 1 bilhão de dólares no projeto da Guiné.

O relatório, que foi submetido a um comitê ministerial para decisão final, é o mais recente capítulo na novela sobre o futuro de Simandou, uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo ainda inexploradas.

A BSGR vendeu 51 por cento de seus ativos na Guiné para a Vale em 2010, quando criou a VBG, em um negócio de 2,5 bilhões de dólares. A Vale pagou 500 milhões de dólares no ato, com pagamento futuros condicionados ao cumprimento de metas de produção.

O consórcio começou a escavar em Zogota em 2010. O plano era começar a produção na mina, com capacidade de 15 milhões de toneladas por ano, em 2012, mas os trabalhos foram suspensos após conflitos em uma cidade próxima, em agosto de 2012, nos quais cinco pessoas foram mortas.

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto chegou a gastar milhões de dólares tentando desenvolver Simandou até 2008, quando o então presidente Lansana Conte revogou a permissão na metade norte da reserva e a transferiu para a BSGR, alegando que a Rio Tinto estava avançando muito lentamente.

A Rio Tinto agora está focada em desenvolver a metade sul de Simandou junto com a parceira chinesa Chinalco, mas não deve começar a produção até pelo menos 2018.

(Veja o relatório completo do governo em <http://www.contratsminiersguinee.org/blog/declaration-concernant-titres-VBG.html>)

(Por Bate Felix em Dakar, David Rohde em Nova York e Silvia Antonioli em Londres)

26-09/04/2014

SERABI APRESENTA DADOS DO PRIMEIRO TRIMESTRE

A Serabi Gold divulgou informações e estatísticas relacionadas às suas atividades no primeiro trimestre de 2014, com a operação no projeto Palito e os desenvolvimentos no depósito de São Chico. Os destaques são a fase de ramp-up na mina Palito, no Pará e a produção geral de 2300 onças nos três primeiros meses.

Além disso, a empresa anunciou a compra do segundo moinho de bolas até meados deste ano, um total de 11.387 t de minério extraído com média de 7,09 g/t e mais 14.050 t de minério moído com média de 6,91 g/t. “Em 2013, nosso foco foi o desenvolvimento

da mina subterrânea. Neste ano, vamos priorizar o comissionamento e a otimização da planta”, afirma Mike Hodgson, CEO da Serabi.

Quanto ao projeto São Chico, a companhia confirmou que levantou 10 milhões de libras esterlinas – cerca de R\$ 36,7 milhões – e que espera ter a mina operando em plena produção no meio de 2015.

Fonte: In The Mine

27-09/04/2014

VEOLIA QUER DOBRAR RECEITA OBTIDA COM TRATAMENTO DE ÁGUA EM MINERAÇÃO

A companhia francesa Veolia Environnement pretende dobrar para US\$ 2,1 bilhões, até 2020, a receita obtida com o tratamento de água residual das indústrias de mineração e metais. A informação foi divulgada pelo presidente-executivo da empresa, Antoine Frérot, nesta terça-feira (8).

Segundo Frérot, o setor de mineração está entre as indústrias visadas pelo grupo de água e esgoto para assegurar que metade de sua receita venha de clientes industriais nos próximos anos. As margens e a receita da empresa em seu tradicional negócio de serviços de água para municípios têm diminuído nos últimos anos.

O presidente-executivo disse que 70% dos novos projetos das seis maiores mineradoras do mundo estão localizados em regiões que sofrem com falta de água e que vê o fortalecimento das regulações ambientais como o principal impulsionador do crescimento. “Mas a Veolia também quer ganhar negócios ao recuperar minerais de água residual”, disse.

Frérot afirmou que o desafio da Veolia é não ser apenas um custo para as mineradoras, mas ajudá-las a gerar mais receita com a reciclagem de matérias-primas, a partir da água residual, e a obter licenças operacionais com a integração de procedimentos de reciclagem de água desde o início.

A Veolia estima que o mercado global de serviços de água, esgoto e meio ambiente para o setor de mineração e metais crescerá para mais de US\$ 27 bilhões em 2020, contra cerca dos US\$ 13 bilhões a US\$ 14 bilhões atuais. A empresa espera aumentar sua fatia deste mercado dos atuais 5% para entre 7% e 8%.

A Veolia Environnement é uma multinacional francesa com atividades em áreas como fornecimento, gestão de águas, gestão de resíduos, energia, serviços de transportes, entre outros. A empresa, que conta com 300 mil colaboradores em todo o mundo, está no Brasil desde 1993, por meio de sua subsidiária Veolia Water Solutions & Technologies, que fornece soluções integradas para mais de 100 clientes dos mais diversos segmentos. As informações são do website da Exame.

28-09/04/2014

PLANO DE MINERAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ SERÁ LANÇADO EM 14 DE ABRIL

Será lançado oficialmente no próximo dia 14 de abril, às 19h, no Espaço São José Liberto, o Plano de Mineração do Estado do Pará, o primeiro a ser elaborado no país após a edição do documento do Governo Federal. Coordenado pela nova titular da Secretaria de Indústria Comércio e Mineração (Seicom), Maria Amélia Enriquez, o documento traça um perfil do setor mineral do Pará, sugere políticas públicas, fatores plenos de governança, entre outros objetivos, e ainda tem foco no conhecimento de nossas potencialidades e oportunidades minerais, voltados a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais.

O Plano assegurou a participação de atores e segmentos, direta e indiretamente envolvidos com o cenário de mineração no estado, com a realização de treze oficinas temáticas, na capital e principais cidades minerárias, e discussões que remeteram às contribuições de empresas, setor público, lideranças políticas, sindicais e organizações da cadeia econômica.

O estado do Pará abrange 14,6% do território nacional, abriga 4% da população brasileira e é o segundo estado minerador do Brasil, superado somente por Minas Gerais. Entre 1980 a 2012, a venda externa de metais e minerais extraídos gerou ao país divisas da ordem de US\$ 150 bilhões. O peso da indústria mineral no PIB do Pará é de 26,3%, sendo que 23,5% deve-se à indústria extrativa e 2,9% à indústria de transformação. Muito embora seja pequena a participação nos empregos diretos, em torno 3,3%, dos quais 1,5% na indústria extrativa e 1,8% na de transformação, os empregos totais gerados a partir dos investimentos em mineração se multiplicam por quatro, quando são considerados os empregos indiretos, os induzidos, e os da infraestrutura de apoio.

Os dados são suficientes para afirmar que o setor mineral tem potencial para contribuir decisivamente com o desenvolvimento local e regional, constituindo-se em uma plataforma de oportunidades para alavancagem de ações estratégicas, desde que haja compreensão mínima sobre os temas complexos do setor, a partir de uma diretriz alicerçada nos três Cs - consenso, cooperação e comprometimento - entre os atores que regulam, atuam e convivem com a mineração, nesse Estado.

Dessa forma, o setor mineral do Pará, entendido como um conjunto de atividades que abrange desde a prospecção (pesquisa mineral), a lavra (extração mineral), o beneficiamento, até a transformação mineral, com a elaboração de produtos finais, passa a contar com uma importante ferramenta de planejamento que indica diretrizes,

estratégias e ações definidas pelo Governo do Pará, para nortear os programas necessários ao desenvolvimento do Estado, a partir de sua plataforma mineral.

Assim, o principal objetivo do PEM-2030 é servir de instrumento de planejamento para a gestão dos recursos minerais, com base no uso sustentável e na agregação de valor aos minérios e ao território, a fim de promover a competitividade e combater a pobreza e a desigualdade no Pará, por intermédio da geração de emprego, renda e multiplicação de oportunidades.

Fonte: Agência Pará de Notícias

29-09/04/2014

COMITIVA FINLANDESA VISITA O BRASIL E DISCUTE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS

Durante os primeiros dias de abril, uma comitiva formada por representantes do governo da Finlândia e de empresas daquele país esteve no Brasil para discutir parcerias e intercâmbios comerciais, especialmente na área de sustentabilidade. O Ministro finlandês de Meio Ambiente, Ville Niinistö, a delegação oficial e a delegação de negócios foram acompanhadas pelo Diretor de Assuntos Minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM –www.ibram.org.br), Marcelo Ribeiro Tunes, em grande parte da programação no Brasil.

A preocupação com as questões ambientais e sociais tornou-se cada vez mais importante no setor de mineração em todo o mundo. A altamente desenvolvida indústria finlandesa de tecnologia da mineração está empregando grande esforço no desenvolvimento de novas tecnologias e procedimentos sustentáveis visando alta produtividade. A Finlândia é um dos países que mais investe em pesquisa (4% do PIB), desenvolvimento e inovação tecnológica no mundo e tem conseguido aliar aumento de produção industrial com simultânea redução de emissões ambientais, através do desenvolvimento de tecnologias limpas.

A primeira parte da programação da comitiva teve local na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em um Seminário sobre Tecnologia Limpa. Na abertura, o Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, frisou a importância da discussão do tema para os dois países. "O Brasil possui recursos em abundância e trabalha para agregar valor aos seus produtos industriais. A CNI tem como prioridade a inovação e, para isso, deve considerar as possibilidades brasileiras. Sem dúvida, a opção finlandesa por tecnologias limpas e investimentos em pesquisa pode servir de exemplo para nosso país e viabilizar novos negócios", disse. "Nosso desafio é estreitar relações econômicas entre a Finlândia e o Brasil considerando os interesses comuns e as potencialidades dos dois países", completou.

Em seguida, o Ministro finlandês Ville Niinistö traçou um panorama da situação atual da Finlândia e explicou a questão da tecnologia limpa utilizada como forma de aumentar a sustentabilidade dos processos e solucionar problemas climáticos e sociais. "Precisamos educar nosso povo para o desenvolvimento de tecnologias de alta produtividade", pontuou.

Durante toda a manhã foram debatidos temas como a regulação finlandesa com relevância em tecnologias limpas, o papel da Finlândia em investimentos nesse tipo de tecnologia, as políticas ambientais brasileiras e o novo marco regulatório da mineração, assunto abordado por Marcelo Tunes. Alguns empresários finlandeses aproveitaram a oportunidade para apresentar suas inovações tecnológicas.

Visita à Mina de Águas Claras

Como parte da programação da comitiva, a Vale S.A. recebeu no dia 2 de abril os integrantes em uma visita técnica na Mina de Águas Claras, localizada na cidade de Belo Horizonte (MG). A apresentação teve início com palestra de Lúcio Cavalli, Diretor do Setor de Desenvolvimento de Ferrosos da companhia, que apresentou a visão, missão e valores da Vale, e detalhou sua empresa em 30 países. Durante a exposição, contou um pouco da história da empresa desde a fundação, passando pela privatização e pela diversificação contínua em busca de novos mercados.

A comitiva da Finlândia pode conhecer também as estratégias adotadas pela Vale para redução de custos (especialmente de implantação de projetos), reaproveitamento da água (a empresa reutiliza cerca de 77% da água em suas operações) e projetos de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente. Também foi apresentado o Valemax, iniciativa da empresa para facilitar o transporte de minério de ferro e diminuir o impacto ambiental e a emissão de gás carbônico. Atualmente a Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro, a 2ª maior produtora mundial de níquel e a 104ª maior empresa do mundo.

Em seguida foram apresentados os principais desafios vivenciados pela companhia, especialmente relacionados à regulação ambiental e logística. Os finlandeses obtiveram também informações sobre as principais minas e reservas da empresa em especial o projeto S11D, que será o grande salto da empresa relacionado à produtividade.

Seminário Mineração: Tecnologia, Produtividade e Sustentabilidade

A segunda etapa da visita a Belo Horizonte, realizada em 3 de abril, ocorreu na sede da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) em um seminário relacionado à Tecnologia, Produtividade e Sustentabilidade. A programação do seminário contou com apresentações iniciais, técnicas e, em seguida, com encontros de negócios previamente agendados, entre empresas brasileiras e finlandesas.

O superintendente de Desenvolvimento Empresarial da FIEMG, Sérgio Lourenço, que representou o Presidente da Instituição, Olavo Machado, afirmou que existe grande

necessidade em desenvolver parcerias para que as empresas se destaquem no mercado. "Mineração demanda eficácia de processos e agregação de valor", frisou.

O Diretor de Assuntos Minerários do IBRAM, Marcelo Ribeiro Tunes, foi o responsável pela abertura do Seminário, representando o Diretor-Presidente José Fernando Coura. "Tenho certeza que eventos como esse representam avanços nos relacionamentos e na possibilidade de parcerias entre o Brasil e a Finlândia, principalmente no campo que, para nós, é o mais importante: a mineração altamente eficiente e que respeita o meio ambiente".

Em seguida, o Ministro de Meio Ambiente da Finlândia, Ville Niinisto, palestrou sobre a importância da discussão relacionada às soluções sustentáveis relacionadas à indústria mineral e a diversidade brasileira. "Precisamos de soluções que minimizem o risco ao meio ambiente, aumentem a produtividade e, ao mesmo tempo, que combinem progresso econômico e bem-estar social", pontuou. "É importante que a mineração seja tratada como propulsora do desenvolvimento social e econômico. No entanto, precisamos considerar também que os recursos são finitos e que impõem um preço ao meio ambiente. Daí a necessidade de desenvolvermos atividades cada vez mais sustentáveis e que respondam à crescente demanda mundial por minério", completou.

Ainda durante sua palestra, o ministro disse acreditar que o futuro da mineração mundial está em países como o Brasil, "que reúnem ingredientes básicos como biodiversidade, abundância de recursos e prosperidade". "Precisamos investir nesse tipo de progresso a fim de completar e desenvolver esse segmento", finalizou.

Em seguida, o ouvidor do Departamento de Produção Mineral (DNPM), Paulo Santana, apresentou o órgão e detalhou a atuação no País. Santana aproveitou a oportunidade para apresentar dados recentes relacionados aos requerimentos de pesquisas e à emissão de alvarás realizada pelo DNPM.

A palestra seguinte foi do Diretor do Setor de Desenvolvimento de Ferrosos da Vale S.A., Lúcio Cavalli, que traçou um panorama da atuação da empresa no Brasil. Em seguida, o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Paulo Sérgio Ribeiro, apresentou um vídeo sobre a realidade socioeconômica de Minas Gerais e falou sobre possíveis parcerias entre as empresas da Finlândia e empresas que atuam no estado.

Após as palestras, os empresários se reuniram para encontros de negócios.

Fonte: IBRAM - Profissionais do Texto

30-09/04/2014

AÇO

Consumo aparente deve ter retomada em 2014

A Associação Mundial do Aço (WSA) informa que o consumo aparente mundial de aço atingiu 1.454 milhão t em 2013, aumento de 2,9% sobre o ano anterior, quando o crescimento foi de 1,2%. Em 2014, prevê-se que a demanda mundial de aço vai crescer mais de 3,2% e atingirá 1.500 milhão t. O consumo aparente de aço na China, que em 2013 cresceu 3,5% em 2013, somando 668,8 Mt, em 2014 deve crescer 2,5%, como resultado de medidas do governo chinês para controlar o investimento. Na Índia, também é esperado que a demanda por aço cresça 7,0%, graças às medidas de reforma destinadas a diminuir o déficit fiscal. A demanda por aço no Japão deve cair pelo terceiro ano consecutivo, -0,6%. Isto é devido ao fim dos estímulos fiscais e a fatores estruturais. Nos EUA, em 2014, a demanda por aço deve ter um aumento de 2,9%, superior, portanto, a 100 milhões de toneladas, graças ao momento positivo do setor de construção. Na América Central e do Sul, o consumo aparente de aço deverá crescer 4,3%, indo para 52,0 milhões de t em 2014. No Brasil, a retomada do investimento projeta crescimento no consumo aparente de aço de 3,8%, evoluindo para 27,2 milhões de toneladas em 2014. Nos 27 países da União Européia, a demanda deverá voltar a crescer, com previsão de 3,3% em 2014, atingindo 144,1 Mt.

Fonte: Brasil Mineral

31-09/04/2014

SIDERURGIA

Cade julga compra de ações da Usiminas pela CSN

O Cade vai julgar a operação que envolve a compra das ações da Usiminas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Há dois anos, o Cade, em medida preventiva, impediu a CSN de comprar novas ações da Usiminas, para preservar a concorrência entre as empresas. Em compras na bolsa, a CSN tinha atingido 15,91% do capital total da concorrente e poderia eleger conselheiros e ter acesso a informações estratégicas da Usiminas. O Cade vai avaliar os impactos de um grande concorrente com participação em outro. Caso entenda que isto é prejudicial ao mercado, o órgão pode determinar que a operação seja desfeita no todo ou em parte.

Fonte: Brasil Mineral

32-09/04/2014

MINERAÇÃO

Yamana Gold e Osisko fecham acordo

A Yamana Gold e a Osisko Mining firmaram acordo onde a Yamana vai adquirir 50% da exploração e mineração da Osisko, por C\$ 441,5 milhões em dinheiro e 95,7 milhões de ações ordinárias da Yamana, somando um valor total de C\$ 929,6 milhões. Nos termos do Acordo, a Yamana vai se tornar um parceiro igual em todos os ativos de mineração e exploração da Osisko, que continuará a operar a Canadian Malartic Mine e todos os outros projetos, sob a orientação de um comitê de operação conjunta, além de manter a sua sede em Montreal, Canadá.

Fonte: Brasil Mineral

33-10/04/2014

Preço do minério cai e afeta Vale e siderúrgicas

Por **Olivia Alonso | De São Paulo**

O preço do minério de ferro já caiu 12% neste ano e deverá pesar negativamente nos balanços do primeiro trimestre das mineradoras brasileiras, como a Vale, e das siderúrgicas que exportam a matéria-prima, como a CSN. Em média, o minério de ferro foi negociado a US\$ 120,7 a tonelada de janeiro a março deste ano, 18,4% abaixo dos US\$ 148 um ano antes. Embora esses não sejam exatamente os preços praticados pelas empresas, já que é referente ao minério com concentração de 62% de ferro, e as produtoras têm qualidades de minério diferentes, o comportamento das cotações é semelhante.

Nos três primeiros meses deste ano, o preço da matéria-prima do aço caiu por uma combinação de dois fatores: a expectativa de uma forte elevação da oferta global, com o aumento da produção na Austrália; e a redução das compras de siderúrgicas chinesas, que estavam com estoques altos e enfrentaram um mercado um pouco mais difícil com algumas restrições para a obtenção de crédito no país.

Por outro lado, o dólar subiu na mesma intensidade no período, o que eleva as receitas em reais com o minério exportado, ajudando a compensar a queda do preço. O dólar ptax médio do primeiro trimestre ficou em R\$ 2,36, 17,9% acima do valor do mesmo período de 2013. Com o empate das duas variáveis, exercendo pressões em sentidos opostos, os volumes vendidos de minério de ferro no início ganham ainda mais importância nas comparações entre trimestres.

No caso da Vale, analistas do Deutsche Bank estimam um preço médio realizado 8% inferior ao do mesmo período do ano passado, mas um aumento de 15% nos volumes. Com isso, eles calculam uma melhora de 2% na receita e também no Ebitda da empresa no primeiro trimestre.

Para a balança comercial brasileira, o efeito negativo da queda do preço do minério de ferro foi compensando pelo aumento do volume total exportado pelo país. Assim, a commodity praticamente manteve sua representatividade no total das exportações do país, com 14,2% do total, ante 13,5% no primeiro trimestre de 2013. O país exportou 71,8 milhões de toneladas de janeiro a março, 6% acima do peso vendido um ano antes, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O minério de ferro até contribuiu para impedir um déficit maior da balança brasileira, que acumulou um saldo negativo de US\$ 6,7 bilhões de janeiro a março deste ano.

Nos próximos trimestres, o impacto da queda do preço para as companhias do setor deverá se repetir. As expectativas de analistas que acompanham o setor são de

continuidade da queda da cotação da matéria-prima do aço, com uma acomodação em um nível inferior ao do ano passado.

A projeção média de onze bancos consultados pelo **Valor** é de um preço médio para o minério de US\$ 113,90 por tonelada no ano, 5% abaixo da média do ano até ontem, de US\$ 120,3 por tonelada. Esse mesmo valor é 16% inferior à média de 2013.

O aumento da oferta global é a principal razão da tendência de baixa. O Deutsche Bank estima um volume adicional de 160 milhões de toneladas no mercado proveniente somente dos três produtores de Pilbara, na Austrália, a BHP Billiton, a Rio Tinto e a Fortescue Metals. Já o Barclays prevê a entrada de 187 milhões de toneladas no mercado neste ano, considerando também outras regiões, e de 127 milhões de toneladas em 2015. A previsão dos analistas do banco alemão é de uma produção global de cerca de 2,15 bilhões de toneladas de minério de ferro neste ano, para um consumo de aproximadamente 2,08 bilhões de toneladas de minério.

34-10/04/2014

Níquel em alta favorece produtoras locais neste ano

Por **Olivia Alonso | De São Paulo**

Apesar da queda do preço do minério de ferro em 2014, o níquel tem trazido notícias positivas para a Vale e demais produtoras, como a Votorantim Metais. A cotação do metal na bolsa de metais de Londres (LME) subiu 18% neste ano, resultado de uma situação de aperto do mercado global após a Indonésia ter proibido as exportações de minérios em janeiro.

Como o país é um dos principais fornecedores globais do minério do metal, a expectativa é de um mercado equilibrado neste ano e deficitário no ano que vem, o que vem impulsionado a cotação.

Analistas do Deutsche Bank afirmam em relatório que o aumento do preço do níquel ajuda a Vale, ainda que marginalmente, a compensar a queda do preço do minério de ferro neste ano. A companhia tem cerca de 8% de suas receitas vindas do níquel e 58% originadas das vendas da matéria-prima do aço. No ano passado, produziu 260 mil toneladas de níquel e teve receita de R\$ 8,4 bilhões com o metal.

Segundo o banco alemão, além de o cenário do níquel ter melhorado significativamente com a medida da Indonésia, ainda poderá ser favorecido por medidas semelhantes esperadas na Rússia. Os analistas acrescentam que a proibição indonésia também limita o acesso chinês à laterita, usada para a produção de ferro-gusa de níquel (NPI, na sigla em inglês), usado em algumas aplicações como um substituto mais barato do metal.

Mas a melhora do preço do metal ainda não deverá aparecer nos resultados do primeiro trimestre deste ano das companhias nas comparações com o mesmo período do ano passado. Apesar da recuperação dos preços em relação ao início deste ano, o preço do metal ainda está 16% mais baixo do que nos primeiros três meses de 2013. No restante do ano, porém, o efeito positivo deverá ser mais nítido, pois a base de comparação será favorável. Ao longo de 2013, o níquel caiu 18,4% e pesou nos números das empresas. A Votorantim Metais, por exemplo, teve prejuízo de R\$ 407 milhões no ano com as operações de níquel.

35-10/04/2014

Grupo de bancos canadenses financiam USD 775 milhões para a Vale do Brasil

Parceria liderada pela Export Development Canada.

Ottawa, Ontario - Uma parceria de bancos canadenses liderada pela Export Development Canada (EDC) anunciou no dia 08 de abril (terça-feira), o financiamento de USD 775 milhões para gastos de capital globais da líder de mineração brasileira Vale SA.

O novo financiamento é composto de USD 500 milhões da EDC, e o Royal Bank of Canada, Canadian Imperial Bank of Commerce e The Bank of Nova Scotia fornecendo USD 275 milhões.

"A demanda de capital dos planos significantes de capex da Vale é quase que perfeito para o interesse da EDC em oferecer esta substancial capacidade de financiamento para o mercado, e estamos buscando novas empresas para trabalhar", disse Rajesh Sharma, vice-presidente e dirigente de Grupo de Desenvolvimento Global de Negócios.

A EDC desenvolve novos relacionamentos financeiros com corporações estrangeiras que possam ser alavancadas com a introdução de suprimentos e serviços de ponta canadenses nas cadeias de valor global.

"É neste caso que o relacionamento da EDC com a Vale oferece valor verdadeiro e significativo para as duas", adicionou o Sr. Sharma". A Vale se beneficia com uma financiadora global estável e confiável e também do maior número de empresas canadenses que a ajuda aumentar seus negócios globais. Nossa posição de longo prazo é que o sucesso dos nossos clientes financiados reflete o nosso próprio sucesso".

"A melhor parte do meu trabalho é apresentar para as empresas que financiamos seu próximo fornecedor canadense que irá ajudá-las a levar o crescimento para o próximo nível", disse o Sr. Sharma. "O centro do comércio global é quando as duas partes obtém mais do que colocaram".

.[Este empréstimo foi estruturado como crédito rotativo sem garantia. Os termos não foram divulgados no momento].

EDC é a agência de crédito de exportação canadense que oferece serviços financeiros para empresas que compram de empresas canadenses diretamente ou através de cadeias de valor corporativo. O financiamento da EDC pode ser usado para capex e/ou financiamentos de projeto, através de crédito bilateral ou corporativo sindicado. Operando nos princípios comerciais, a EDC tem uma filosofia preferida de parceria de colaborar com instituições financeiras do setor privado para dividir riscos e criar maior capacidade de transações de comércio canadense.[www.edc.ca] Marketwired.

Fonte: Fator Brasil

36-10/04/2014

Relatório da Guiné pede cassação de concessões da BSGR, parceira da Vale



Por Bate Felix e Silvia Antonioli

CONAKRY, 9 Abr (Reuters) - Um relatório do governo da Guiné recomendou que a BSG Resources (BSGR) e sua parceira em joint venture no país, a brasileira Vale, percam duas concessões de minério de ferro, dizendo que a BSGR as obteve por meio de corrupção.

O relatório, divulgado nesta quarta-feira, recomendou que a Guiné retire a permissão de mineração do depósito gigante de minério de ferro de Simandou, detida pela VBG (joint venture da BSGR e da Vale), e que cancele a concessão de Zogota.

O documento também pede que o governo exclua a VBG de qualquer processo futuro para realocação de licenças.

"Há um conjunto de evidências precisas e coerentes com certeza suficiente da existência de práticas de corrupção que mancharam a emissão dos direitos de mineração e da concessão de mineração para Simandou e Zogota para a BSGR", disse o relatório.

"Desta forma, as práticas de corrupção também mancharam e afetaram os direitos e concessões de mineração atualmente detidos pela joint venture VBG", disse o documento.

A BSGR, braço de mineração do conglomerado do bilionário israelense Beny Steinmetz, negou as alegações e disse que o governo está se baseando em alegações fabricadas e em um processo ilegítimo para justificar um plano de retomada das minas e premiação de aliados políticos. A empresa disse que irá buscar arbitragem internacional.

Fontes disseram à Reuters, em março, que o comitê que preparava o relatório iria recomendar a cassação das licenças.

O relatório disse que a Vale, maior acionista da joint venture VBG, não participou da corrupção.

No entanto, a maior mineradora de minério de ferro do mundo, já admite que pode perder os direitos que ela adquiriu por meio da joint venture.

Segundo uma fonte próxima da mineradora brasileira, a companhia já gastou mais de 1 bilhão de dólares no projeto da Guiné.

"A Vale adquiriu sua participação na VBG após o término da ampla due diligence realizada por consultores externos e com base nas declarações de que a VBG tinha obtido legalmente seus direitos minerários e sem nenhuma promessa ou pagamento indevidos", disse a mineradora em documento publicado no final de março e que, segundo a assessoria de imprensa, representa a posição mais atualizada que a empresa tem sobre as questões relacionadas ao assunto.

"Se... o governo da Guiné decidir aceitar essa recomendação, a Vale poderá perder todo o seu investimento no projeto de Simandou, dependendo de qualquer direito a recurso que a Vale possa ter", disse a companhia.

As ações da Vale fecharam em baixa de 0,43 por cento nesta quarta-feira, a 29,95 reais.

O relatório, que foi submetido a um comitê ministerial para decisão final, é o mais recente capítulo na novela sobre o futuro de Simandou, uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo ainda inexploradas.

A BSGR vendeu 51 por cento de seus ativos na Guiné para a Vale em 2010, quando criou a VBG, em um negócio de 2,5 bilhões de dólares. A Vale pagou 500 milhões de dólares no ato, com pagamento futuros condicionados ao cumprimento de metas de produção.

O consórcio começou a escavar em Zogota em 2010. O plano era começar a produção na mina, com capacidade de 15 milhões de toneladas por ano, em 2012, mas os trabalhos foram suspensos após conflitos em uma cidade próxima, em agosto de 2012, nos quais cinco pessoas foram mortas.

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto chegou a gastar milhões de dólares tentando desenvolver Simandou até 2008, quando o então presidente Lansana Conte revogou a permissão na metade norte da reserva e a transferiu para a BSGR, alegando que a Rio Tinto estava avançando muito lentamente.

A Rio Tinto agora está focada em desenvolver a metade sul de Simandou junto com a parceira chinesa Chinalco, mas não deve começar a produção até pelo menos 2018.

(Com reportagem adicional de David Rohde em Nova York e Jeb Blount no Rio de Janeiro)

37-10/04/2014

Cade: CSN terá de reduzir participação na Usiminas

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou nesta quarta-feira que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) diminua a participação acionária que assumiu na Usiminas para evitar "sobreposição no mercado" de aços planos no qual as empresas mantêm posição de liderança em vendas e produção de chapas e placas usadas pelas indústrias automotiva, naval, de linha branca e de embalagens. "Uma redução até um limite que nós considerarmos razoáveis", disse o presidente do Cade, Vinicius Marques de Carvalho, sem revelar qual deverá ser o percentual mínimo que o órgão aceitará, segundo ele, por envolver informações confidenciais.

Foram cinco votos pela diminuição da participação da CSN. Um conselheiro do Cade ficou impedido de votar. O órgão também aplicou uma multa de R\$ 671 mil contra a CSN e suspendeu os direitos que a companhia do empresário Benjamin Steinbruch tem como maior acionista individual da Usiminas. A CSN detém 14,13% das ações ordinárias, com direito a voto na assembleia de acionistas da Usiminas, e mais 20,71% das ações preferenciais. A ofensiva sobre a concorrente começou em 2011, quando a empresa iniciou um movimento de compra de ações da Usiminas na Bolsa de valores, até se tornar a maior acionista individual da fabricante mineira de aço. A CSN atingiu a fatia de 17,43% do total de ações da companhia mineira.

O relator do processo no órgão antitruste, conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro, considerou que a investida da CSN significou um risco para um segmento marcado por um oligopólio controlado pela empresa de Steinbruch, a própria Usiminas e a ArcelorMittal. Segundo ele, cerca de 80% do mercado de 3 milhões de toneladas em demanda anual de aços planos está nas mãos da CSN e da Usiminas, seguidas de longe pela ArcelorMittal - a Gerdau entrou no segmento em 2013, mas ainda não tem peso determinante. "Há um aumento de probabilidade de exercício de concentração de mercado (na entrada da CSN na Usiminas) em prejuízo aos concorrentes", afirmou.

Em um relatório longo, que precisou de duas horas para ser lido, Ribeiro avaliou ainda que a participação da CSN na Usiminas gerava "efeito negativo" no mercado ao reduzir a capacidade de concorrência da Usiminas, em decorrência da queda no preço das ações da siderúrgica mineira e, com isso, da margem de lucro para investimentos.

Investimento passivo

Embora a CSN tenha argumentado que a aquisição foi apenas uma operação financeira, sem interesse de participar ativamente dos rumos estratégicos da Usiminas, o Cade considerou o movimento como uma "infração grave" de concentração de mercado. O órgão considerou também que apesar de a compra de ações parecer um "investimento

passivo" o resultado final poderia ser o acesso a informações privilegiadas da Usiminas, o que levaria a um "possível exercício de poder mercado unilateral".

A CSN defendeu que a entrada de novos agentes de mercado na produção de aços planos ajudaria a equilibrar o segmento de aços planos. A empresa indicou como potenciais concorrentes a chegada da Gerdau no segmento com uma capacidade de produção de 900 mil toneladas. Apontou também o projeto ALPA, da mineradora Vale para o Estado do Pará, e a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio de Janeiro.

O relator recusou o argumento, afirmando que a Gerdau informou sob confidencialidade que a sua unidade não deve pressionar o mercado em volume de produção significativo nos próximos cinco anos. Ribeiro disse também que a produção da ALPA, cujo projeto foi adiado pela Vale, e a CSA se destinam ao mercado internacional - não influenciado a concentração no mercado brasileiro. "Considero insuficiente a força competitiva desses futuros projetos", disse.

Fonte: Por NIVALDO SOUZA, estadao.com.br

38-10/04/2014

Uma nova lei pretende atrair investimentos estrangeiros à Bolívia

A reforma afetará áreas chave como a produção de gás e petróleo e a mineração
MABEL AZCUI Cochabamba

A nova lei de Promoção de Investimentos na Bolívia, que consolida o papel hegemônico do Estado, decepcionou aqueles que a esperavam há mais de um lustro. Sua aplicação está subordinada ao desenvolvimento de um regulamento e à redação de outra norma sobre controvérsias e arbitragens.

“A nova lei reforça o modelo econômico baseado nos investimentos estatais em setores produtivos estratégicos, como é o dos hidrocarbonetos”, expressou em Cochabamba o pesquisador e consultor de economia Pablo Cuba.

Efetivamente, a reforma reforça o papel protagonista do Estado boliviano ao assumir o controle e a regulação dos setores estratégicos do desenvolvimento econômico. E também na aplicação dos investimentos em áreas que agora se mantêm como pilares da economia: a produção de gás e petróleo e a extração de matéria prima mineral.

O consultor Cuba sente falta das esperadas motivações para o investimento direto em outras atividades, “incentivos precisos e claros para a pequena e média empresa ou para a atividade industrial agropecuária”. O especialista considera que não se percebe no conteúdo da lei “um maior interesse em atrair capitais de investimento direto” para outras áreas que não sejam as estratégicas, sob controle estatal. Também lamenta que o

risco das nacionalizações penda “como espada de Dâmocles”, anunciando o perigo iminente das mesmas. Ainda que o artigo na lei de Promoção de Investimentos foi modificado, se mantém intacto na Carta Magna, que admite a expropriação em casos de necessidade ou interesse público.

O Governo boliviano acabou de incorporar a nova lei à sua legislação depois de um processo de elaboração de quase oito anos. Os três últimos foram dedicados a buscar consensos, não só com a empresa privada, como também a recolher sugestões do corpo diplomático autorizado que está no país, segundo explicou a ministra de Planificação do Desenvolvimento, Viviana Caro.

As autoridades informaram que a lei oferece incentivos gerais e específicos, especialmente nas áreas consideradas estratégicas e nas quais o Estado espera receber, em qualidade de sócio, as entradas de capital estrangeiro. O texto, distribuído em cerca de 30 artigos, projeta-se como um instrumento que promove segurança jurídica para as empresas investidoras a fim de conseguir empregos e melhorar a qualidade de vida dos bolivianos.

A lei “mantém o espírito da Constituição”, assegurou a ministra Caro quando destacava as projeções de duplicar os investimentos - mais de três bilhões de dólares em 2013 - nos próximos anos, especialmente nos setores considerados estratégicos e de interesse governamental. Dentro desse espírito há um aspecto especialmente sensível para os investidores estrangeiros, como o das expropriações, que o Estado pode aplicar em caso de necessidade ou de interesse público e reconhecer um pagamento pelo ato.

O presidente da Confederação de Empresários Privados, Daniel Sánchez, considera a novidade muito positiva, embora admite que não se estabeleceram de maneira precisa os incentivos aos investimentos. “Não há incentivos tributários e é preciso trabalhar no projeto de lei para resolver controvérsias e estabelecer as regras”, declarou publicamente.

O presidente Evo Morales foi categórico ao assinalar que, se há problemas entre o Estado e o inversor, este tem que se submeter às resoluções dos tribunais bolivianos. O mandatário considera o fato como “uma libertação”, uma vez que os tribunais internacionais tendem a favorecer as empresas e não os Estados. Tanto Cuba como Sánchez coincidem que Morales terá que buscar uma terceira opção para resolver as controvérsias que possam surgir entre o Estado e os capitalistas.

“Nem as autoridades do Governo acreditam na justiça boliviana”, disse Sánchez em aparente alusão às duras críticas que o vice-presidente Álvaro García Linera fez contra o Poder Judicial boliviano. Era também uma referência às queixas da oposição ante a suposta interferência do Poder Executivo na ação dos tribunais, que é pronunciada.

“Há muita desconfiança na justiça”, diz Cuba, que considera pouco viável a ideia de que os tribunais bolivianos resolvam com equidade um conflito em caso, por exemplo, de uma expropriação ou reversão de ações ou concessões ao Estado. A elaboração do projeto de conciliação e arbitragem - além da análise dos incentivos tributários - são as duas tarefas imediatas para os empresários privados. Estes pretendem que a Bolívia

incremento de forma substancial a atração de investimentos estrangeiros que são baixos em comparação com outros países da região.

Desde maio de 2006, o Governo do presidente Evo Morales procedeu à reversão de ações de investidores estrangeiros em empresas que, depois de um período de privatização parcial a partir da década dos noventa, voltaram ao poder do Estado por decretos de nacionalização. Até finais de 2013, a Bolívia enfrentava oito demandas de arbitragem internacional por outras tantas empresas afetadas pelas nacionalizações de Morales.

39-10/04/2014

MP vai entrar na Justiça contra novo mineroduto em MG

Empreendimento vai impactar vida de nove cidades no Estado

ANA PAULA PEDROSA- O TEMPO

O projeto de mineração Vale do Rio Pardo, que pretende ligar a extração de minério de ferro em Grão Mogol, no Norte de Minas, ao porto de Ilhéus (BA), por meio de um mineroduto de 482 Km de extensão, deve parar na Justiça antes mesmo de receber a licença prévia. O promotor de Justiça do Núcleo de Resoluções de Conflitos Ambientais do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Carlos Eduardo Ferreira Pinto, deve ingressar ainda neste mês com ação na Justiça para barrar o empreendimento.

O projeto prevê a produção e transporte de 25 milhões de toneladas de minério por ano, mas o potencial é bem maior. De acordo com o promotor, o processo de licenciamento já tem que prever a futura ampliação do empreendimento. “Nossa experiência mostra que os projetos são licenciados com uma capacidade menor, em um curto espaço de tempo, e as empresas fazem ampliações. Se a avaliação não for feita como um todo, não é possível prever os impactos”, diz ele. De acordo com o promotor, os estudos exigidos nas ampliações são menos rígidos do que os apresentados para a implantação do projeto.

O Vale do Rio Pardo foi tema de audiência pública nessa quarta, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas. A expectativa da empresa é conseguir a licença prévia ainda neste ano e começar a produzir em 2017.

O diretor de relações institucionais da Sul Americana de Metais (SAM), responsável pelo empreendimento, Geraldo Magela Gomes, afirmou que o projeto apresentado tem viabilidade para 25 anos, mas não garantiu que não haverá expansões no período.

O minério da região tem apenas 20% de teor de ferro – percentual muito baixo – e, por isso, será beneficiado antes de ser exportado. Para comparar, o minério de Carajás, no Pará, tem teor de 65%. Segundo Gomes, a empresa estudou os impactos sociais e ambientais da obra durante dois anos. O mineroduto vai cortar 518 propriedades em 21 municípios, sendo nove em Minas Gerais e 12 na Bahia.

Projeto da Anglo também vai ser debatido

O projeto Minas-Rio, da Anglo American, será tema de audiência pública na Assembleia Legislativa. O pedido foi protocolado pelo deputado Rômulo Veneroso, com base na série de reportagens “Um Mineroduto que Passou em Minha Vida”, publicada por O TEMPO. “Precisamos discutir os fatos que foram relatados na reportagem e apurar os prejuízos ambientais, culturais e pessoais que o empreendimento vem causando”, diz o deputado. O Minas-Rio será o maior mineroduto do mundo e tem impacto direto ou indireto em 36 cidades em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

40-10/04/2014

CAROONA SERÁ A MAIOR MINA SUBTERRÂNEA DE CARVÃO DO MUNDO

Abaixo do solo de Liverpool Plains, uma área de agricultura intensiva de 1,2 milhões de hectares, ocorre as camadas de carvão térmico de Caroona o mais novo jazimento de carvão da BHP Billiton. A jazida, com recursos de 500 milhões de toneladas, terá uma produção anual de 10 milhões de toneladas o que equivale a 5% a mais de todo o carvão exportado pela Austrália.

O projeto é grandioso e empregará 400 pessoas durante a sua vida útil de 30 anos.

A mineração de carvão em área agricultável, como não podia deixar de ser é polêmica. A BHP, no entanto, está empenhada em demonstrar aos fazendeiros que a sua mina subterrânea não irá afetar nem as plantações da superfície nem os aquíferos. Essa possibilidade preocupa a todos já que Liverpool Plains é uma região com a maior produção de alimentos do país.

O carvão, programado para ser extraído a partir de 2018, já tem destino certo: a China.

Até lá, se a comunidade permitir, serão investidos mais de 2 bilhões de dólares de CAPEX que inclui infraestrutura e mina.

Fonte: Geólogo

41-10/04/2014

PRODUÇÃO MUNDIAL DE TERRAS-RARAS CHEGARÁ A 192 MIL TONELADAS EM 2018

Um relatório sobre as expectativas para o mercado de metais de terras-raras apontou um crescimento na demanda, com um aumento de 9% ao ano até 2018. De acordo com o relatório, a produção mundial de metais de terras-raras chegará a 192 mil toneladas no mesmo ano.

Segundo o documento, o óxido de cério foi responsável por 40% da demanda total de metais de terras-raras em 2013.

O relatório “Rare Earth Metals Market by Type and Application – Global Trends & Forecast to 2018” afirma que o mercado de metais de terras-raras será influenciado pela alta demanda nas aplicações atuais e emergenciais, aumentando a demanda por energia limpa, e por iniciativas do governo e de associações.

A crescente demanda por tecnologia limpa também é listada como um fator que influencia o mercado de metais de terras-raras. O documento explica que os fatores negativos que afetam o crescimento são os custos variáveis dos materiais de terras-raras e a predominância da China nesse mercado.

O relatório diz que a dependência exagerada pelas formas convencionais na geração de energia levaram a demandas maiores por fontes alternativas de energia. Essas demandas, segundo o documento, contribuem para o mercado de metais de terras-raras, pelo fato de possuírem componentes relevantes para aplicações sustentáveis.

O óxido de cério é utilizado em grande quantidade em quase todos os tipos de aplicação que as terras-raras possuem. Em função disso, representa a maior fatia de mercado dos metais de terras-raras, com quase 40% da demanda total em 2013, segundo dados do relatório.

O óxido de lantânio ficou em segundo lugar, com 23,8% da demanda total no ano passado. Suas aplicações são extremamente amplas, sendo utilizado em tecnologias sustentáveis, na indústria automotiva, entre outros.

No relatório, a previsão é que o mercado de metais de terras-raras permaneça forte na América do Norte e na Europa. Os principais países citados foram China, Estados Unidos, Canadá e Brasil.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

42-10/04/2014

EMPRESAS DE OLHO NO NOVO CICLO DO OURO

O mais nobre dos metais tem lugar de destaque na produção goiana de minérios. Goiás é o segundo maior produtor de ouro do País e continua recebendo fortes investimentos. A canadense Yamana Gold já investiu mais de R\$ 1,2 bilhão na Mineração Maracá, em Alto Horizonte, e outros R\$ 250 milhões estão programados para os próximos cinco anos para manter a produção atual e a sustentabilidade da companhia.

O grupo também investiu R\$ 790 milhões numa mina subterrânea que já está em operação no município de Pilar de Goiás. O projeto teve início em 2011 e está sendo concluído este ano.

Em Alto Horizonte, são produzidos concentrado de cobre e ouro. Carlos Eduardo Paraizo Borges, gerente-geral da Mineração Maracá, informa que são produzidos 240

mil toneladas de concentrado anualmente, o que resulta em 3,1 toneladas de ouro e 70 mil toneladas de cobre. Cerca de metade da produção é vendida para a Índia e outra parte vai para países como Suíça e Estados Unidos. No ano passado, as exportações goianas de ouro cresceram 100% em relação a 2012.

A Maracá, que começou a operar comercialmente em 2007, emprega 509 pessoas diretamente e outros 839 trabalhadores terceirizados. Segundo Carlos Eduardo Paraizo, com preços em baixa, é preciso elevar a produtividade e reduzir os custos. Uma nova mina está sendo aberta ao sul da principal. “Estamos com ampliações que agregarão mais reservas, incrementando mais anos à jazida”, disse o gerente administrativo, Wilson Borges.

Crixás

Em operação desde 1989, em Crixás, a Mineração Serra Grande, empresa do grupo AngloGold Ashanti, presente em 10 países, produz 136 mil onças de ouro por ano, o que equivale a cerca de quatro toneladas. A mina é a maior empregadora e geradora de receita e renda para o município, com 1,1 mil empregados diretos e outros 300 terceirizados. Cerca de um terço da população vive, diretamente, da atividade mineradora.

De acordo com o diretor de Operações da Mineração Serra Grande, Ricardo de Assis Santos, serão investidos R\$ 200 milhões em 2014 e 2015 na ampliação das instalações e em pesquisa mineral para o desenvolvimento de novas jazidas e aumento da produção, que é vendida para bancos internacionais.

Com os investimentos, segundo ele, será possível elevar a vida útil da mina de 2022 para até 2030. Hoje, quatro minas estão em operação: Mina III, Mina Palmeira, Mina Nova e a mina a céu aberto da Mina III. As pesquisas para o desenvolvimento de novas jazidas acontecem num raio de 100 quilômetros de Crixás. O potencial da produção continua atraindo investimentos. A Orinoco Gold também está com avançadas pesquisas para extração de ouro no município de Faina. Além disso, o Grupo Pirineus vai investir R\$ 35 milhões na extração do mineral na região de Faina e Matrinchã, projeto que vai gerar 180 empregos.

Fonte: Jornal O Popular

43-10/04/2014

TESOUROS QUE TRANSFORMAM A ECONOMIA

*Mapeamento do subsolo goiano indica que há riquezas espalhadas por mais de mil km².
Novas jazidas de ouro, terras raras e de fosfato vão ser exploradas*

Terceira maior província mineral do País, Goiás desponta hoje no Brasil e no mundo pela grande fertilidade de seu ambiente geológico. O Estado possui verdadeiros tesouros

como níquel, ouro, cobre, nióbio, fosfato e amianto, distribuídos em pouco mais de mil quilômetros quadrados de seu território, riqueza que têm atraído as atenções de grandes grupos do setor. Um dos carros-chefe da economia goiana, a mineração tem cerca de R\$ 7,8 bilhões em investimentos já em fase de andamento ou programados para até 2019.

O valor da produção mineral do Estado cresceu quase 46% entre 2010 e 2012, quando alcançou os R\$ 6,6 bilhões, segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ligado ao Ministério de Minas e Energia. O crescimento só não foi maior por causa da queda na cotação de vários minerais. Os municípios goianos que registram os maiores valores são Alto Horizonte, Niquelândia, Barro Alto, Crixás, Minaçu e Catalão. Os minerais níquel, cobre, ouro e amianto detêm os maiores valores (veja quadro).

Goiás é o primeiro colocado no ranking brasileiro de extração de níquel, com 37,12% da produção nacional. O Estado também lidera a produção nacional de cobre, com 34,38% do volume nacional, e é o segundo colocado na produção de ouro, com 20,04% de participação.

Já foram descobertas reservas minerais de Norte a Sul do Estado, desde a década de 60, sendo muitas exploradas ainda hoje. Atualmente, o setor gera 14,2 mil empregos em Goiás. Outros 6 mil empregos diretos e indiretos devem ser criados com os investimentos em andamento. A Região Sul do Estado, com destaque para Catalão e Ouidor, é rica em reservas de fosfato e nióbio. O POPULAR apurou que mais de R\$ 3 bilhões serão investidos para ampliar a produção desses minerais na região.

Ouro

Na região do Vale do São Patrício, estão os municípios do ouro, cuja extração movimentou a economia de cidades como Alto Horizonte e Pilar de Goiás, que recebem constantes investimentos. O superintendente regional do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Luiz Fernando Magalhães, ressalta que o preço do ouro tem estimulado investimentos no minério. O município vizinho de Guarinos está entrando nessa rota. O ouro goiano tem forte presença na Região Norte do Estado, movimentando a economia do município de Crixás.

O Norte Goiano também é conhecido pela produção de amianto crisotila, cuja única mina no Brasil fica em Minaçu. Agora, o município se prepara para entrar na rota da extração de terras raras e ganhará até um polo de beneficiamento de seus minérios, um projeto pioneiro do setor de mineração no Brasil, que receberá R\$ 1,2 bilhão em investimentos.

A Região Norte de Goiás já é mundialmente conhecida pela produção de níquel, explorado nos municípios de Niquelândia e Barro Alto. O mineral também está presente em reservas ainda não exploradas em municípios como Iporá, Santa Fé e Jussara, na Região Oeste do Estado.

Goiás ainda se destaca pela presença de recursos minerais para construção civil, como o calcário para cimento, que está recebendo pesados investimentos. A expectativa é que a região entre Cezarina, Edealina e Indiara se torne um polo de produção de calcário e cimento. Investimentos já foram anunciados para a região de Formosa.

Águas

Até mesmo as águas termais continuam atraindo a atenção de investidores do turismo na região do município de Rio Quente. A água mineral também é explorada em municípios como Anápolis, Bela Vista, Itaberaí e Goiânia.

O CPRM é responsável pelos estudos para conhecimento geológico e avaliação do potencial mineral dos Estados. “Temos desenvolvido um grande trabalho para entendimento da geologia e avaliação do potencial de Goiás, com mapeamento dos principais ambientes geológicos para ocorrência mineral”, afirma Luiz Fernando. Isso, apesar da crise de financiamento à pesquisa e prospecção mineral. Hoje, segundo ele, os grandes investidores querem implantar projetos mais maduros, que tragam mais segurança ao investimento.

Entre 2002 e 2008, Goiás tinha um estoque expressivo de reservas minerais, que acabou reduzido. O Levantamento Aerogeofísico do Estado, feito pelo Governo de Goiás, CPRM e Ministério das Minas e Energia, entre 2004 e 2006, mapeou 170 mil quilômetros quadrados do território goiano e se tornou um referencial para as empresas do setor. Goiás está 70% coberto pelo levantamento. Vale lembrar que a decisão de exploração depende muito do comportamento do mercado.

Fonte: Jornal O Popular

44-10/04/2014

ALCOA EM JURUTI É REFERÊNCIA EM MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Expoente da MINERAÇÃO no Pará, o município de Juruti, no oeste do estado, celebrará 131 anos de fundação nesta quarta-feira, dia 9 de abril. O município é sede de uma unidade de MINERAÇÃO de bauxita da Alcoa, empresa líder de mercado, que completará cinco anos de operações na localidade este ano. A presença da mineradora trouxe para a região a oportunidade de crescer com suas riquezas e identificar novos caminhos para o desenvolvimento, valorizando suas duas principais vocações: a MINERAÇÃO e a agricultura.

Na busca diária pela excelência e sucesso do negócio, em meio ao cenário desfavorável de crise global que ainda impacta o mercado do alumínio e o alto custo da energia no Brasil, a Alcoa tem cumprido o compromisso de operar um empreendimento no coração da Amazônia em harmonia com as pessoas que vivem na localidade e com o meio ambiente, consolidando-se como uma das empresas com melhores práticas de

responsabilidade socioambiental na região. Em 2013, a Alcoa foi reconhecida - pela sétima vez - como uma das empresas-modelo do Guia Exame de Sustentabilidade. No ranking, a Companhia ficou em primeiro lugar no seu setor de atuação e também na categoria Relação com os Fornecedores.

A Alcoa desenvolve em Juruti uma série de programas que integram o Plano de Controle Ambiental (PCA) e beneficiam a comunidade, atuando em áreas como educação patrimonial, manejo florestal, agricultura familiar, capacitação de mão de obra, entre outros. Além disso, suas operações são conduzidas sob os mais rígidos controles socioambientais. A etapa de reabilitação das áreas mineradas, por exemplo, tem se destacado com a aplicação do método de nucleação.

Restauração natural - A Alcoa aplica nas áreas mineradas uma metodologia que induz a restauração natural, especialmente considerando as características das chuvas amazônicas, buscando recriar um ambiente com ecossistema semelhante ao original. O processo consiste em depositar nas áreas montes de galhos, sementes e solo orgânico, que produzem uma base natural para o desenvolvimento de espécies de flora e fauna, através da captura e infiltração de água rica em nutrientes no solo.

Mais do que reabilitar as áreas mineradas, a Alcoa viu nesta atividade uma oportunidade de geração de renda adicional aos comunitários da região. "As mudas que utilizamos na reabilitação das áreas são cultivadas por produtores de quatro associações, que reúnem ao todo 16 comunidades da região de Juruti Velho. Além de ser uma fonte de renda alternativa para estes comunitários, optamos por utilizar espécies florestais nativas de interesse social que contribuem também para o enriquecimento da área no futuro", conta Pedro Pinto, gerente de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da Alcoa Juruti. As comunidades são capacitadas e contam com a assistência técnica com investimentos da Alcoa para o cultivo de mudas de espécies florestais, frutíferas e ornamentais. De 2008 a 2013, 322.907 mudas já foram compradas pela Companhia, gerando aproximadamente R\$ 568 mil em renda para quatro associações representantes dos produtores engajados no programa. Entre as espécies cultivadas estão o ipê-roxo, castanheira, itaubeira, seringueira, jatobazeira, entre outras.

O reflorestamento das áreas ocorre simultaneamente ao avanço das frentes de lavra e todo o trabalho de reabilitação é monitorado periodicamente para acompanhar e avaliar as evoluções do processo. "Realizamos também monitoramentos periódicos de diversos fatores dos meios físico e biótico, que resultam em dados ambientais sobre a área de influência da Mina. Isso permite que possamos acompanhar a resposta da qualidade ambiental, facilitando ainda a identificação de aspectos ambientais, tratando-os para que não causem possíveis impactos sobre a água superficial e subterrânea, o ar, o clima, a fauna e a flora, além dos níveis de ruído. Todas essas análises são acompanhadas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)", completa Pedro Pinto. Valorizando Juruti - O mesmo cuidado que a Empresa demonstra com a natureza, é também

presente em sua relação com as pessoas da região. Para estimular o desenvolvimento local, a Alcoa aposta no trabalho conjunto com o Poder Público, SENAI e outras

importantes instituições parceiras, de nível regional e nacional, a fim de promover a melhoria da qualidade de vida da população. "Nós acreditamos no potencial de Juruti e queremos avançar junto com o município. Investir no desenvolvimento da cidade e da população, trabalhando de forma parceira com o Poder Público e outras instituições, é parte de nosso compromisso e um Valor para nós", avalia Claudio Vilaça, gerente geral da Alcoa Mina de Bauxita de Juruti.

A parceria está presente em todas as suas ações em benefício da comunidade, garantindo a continuidade e a manutenção das iniciativas, como as melhorias resultantes da Agenda Positiva - conjunto de obras de infraestrutura, saúde, educação, assistência social, segurança e cultura voltados à qualidade de vida da sociedade jurutiense - desenvolvida em conjunto com a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e a comunidade em geral. A Agenda Positiva, por exemplo, fortaleceu a saúde pública do município e garantiu mais salas de aula na cidade e melhores vias de acesso às comunidades rurais. "A Alcoa trouxe grande desenvolvimento para minha terra e eu estou muito satisfeito. Juruti não tinha o desenvolvimento que temos hoje. A cidade está muito bem", comenta o aposentado jurutiense Zaqueu Bruce.

O município ganhou também com a oferta de oportunidade de emprego e formação profissional de qualidade na própria região. Como um dos resultados, o alto índice de paraenses no efetivo da Alcoa: cerca de 75% dos funcionários têm origem no Pará. Desde 2006 a parceria Alcoa e Senai vem investindo na oferta de cursos profissionalizantes no município, que já formaram cerca de 3.400 pessoas, nos mais de 70 tipos de cursos disponíveis, em 205 turmas e totalizando 36.334 horas/aula. No Programa de Formação de Operadores e de Mão de Obra de Manutenção, foram mais de 200 formados, sendo 90% de Juruti e região. Destes, 54% foram absorvidos pela Companhia. Além disso, a unidade de Juruti é destaque em empregabilidade de mulheres. Elas que estão à frente de 45% das posições técnicas, de engenharia e liderança. A aposta da Alcoa na valorização da diversidade e no potencial da mão de obra feminina rendeu no último ano - pela segunda vez consecutiva - o reconhecimento da Alcoa como a Melhor Empresa para Mulher Trabalhar no Brasil, de acordo com a pesquisa do Instituto Great Place to Work. Além disso, a Alcoa também recebeu o Catalyst 2013, prêmio internacional que homenageia ações inovadoras relacionadas à contratação, formação e promoção de mulheres no trabalho.

A Alcoa também movimentou a economia local. Em 2013, investiu R\$ 157 milhões em compras de fornecedores paraenses, das quais 95% foram feitas na região oeste do Estado. Deste montante, só em Juruti foram R\$ 88 milhões em compras, o que representa 56% do valor total investido no Pará. A fim de fortalecer a cadeia de fornecedores locais por meio da otimização e qualidade dos serviços prestados, a Companhia apoia o programa REDES/Fiepa, que contribui com a qualificação de fornecedores e o desenvolvimento de boas práticas de gestão de negócios, além da adequação aos padrões de saúde, segurança e meio ambiente do mercado.

Para o deputado Raimundo Santos, presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da MINERAÇÃO no Estado do Pará, Juruti constrói hoje um legado pautado pela sustentabilidade em benefício desta e das próximas gerações. "O povo jurutiense está vendo que as suas riquezas hoje estão sendo aproveitadas em favor do país e em favor de suas próprias famílias. A implantação da Alcoa em Juruti tem tido efeito multiplicador em todas as cadeias produtivas, impulsionando a economia local, da circunvizinhança e porque não dizer, do país. Juruti está fazendo um belo trabalho e sua população está de parabéns, pois têm o seu lugar de destaque garantido na região", finalizou o parlamentar.

Fonte: A Critica online

45-11/04/2014

Vale pode perder direito à exploração da maior reserva de ferro do mundo



10/04/2014 20h39

CONACRI, 10 Abr 2014 (AFP) - Um relatório de um comitê apresentado ao governo da Guiné recomendou o cancelamento do direito concedido à Vale de explorar parte da maior reserva de ferro do mundo, devido a um suposto escândalo de corrupção ocorrido antes de a empresa brasileira obter a concessão de exploração de dois blocos.

A mina de Simandou, no sudeste da Guiné, abriga grandes reservas de ferro, incluindo dois blocos concedidos ao magnata israelense Beny Steinmetz em 2008.

Um concessão de exploração foi concedida ao grupo BSGR, de Steinmetz, para os blocos Simandou 1 e 2, e um outro ficou com um consórcio internacional formado pelas empresas Rio Tinto, Chalco e SFI.

A BSGR investiu 170 milhões de dólares (cerca de 375 milhões de reais) nessa licença de exploração na mina, a maior reserva mundial de ferro ainda não explorada.

Em abril de 2010, a Vale pagou 2,5 bilhões (em torno de 5,5 bilhões de reais) de dólares por 51% da parte pertencente ao empresário israelense - ou seja mais de 14 vezes seu valor inicial -, criando uma sociedade batizada VBG, para Vale BSGR Guiné.

O Estado guineano, suspeitando do enorme excedente, abriu uma investigação, que se estendeu para a Suíça e os Estados Unidos.

Desde que chegou ao poder, em novembro de 2010, o primeiro presidente democraticamente eleito da Guiné, Alpha Condé, lançou investigações como parte de um plano de combate à corrupção e de retomada do controle dos recursos naturais da Guiné.

Em um relatório obtido nesta quinta-feira pela AFP, o Comitê Técnico de Revisão de Títulos e Convenções Mineradoras (CTRTCM, governo) considera que "os títulos e a convenção, hoje com a VBG, foram obtidos, para as jazidas de Simandou e para as de Zogota (sudeste), por meio de práticas de corrupção".

O CTRTCM afirma que, para conseguir a concessão de Simandou, a BSGR pagou, entre 2006 e 2010, por meio de intermediários, um total de 8 milhões de dólares a Mamadie Touré, esposa do presidente guineano Lansana Conté, que morreu no fim de 2008, depois de mais de 25 anos à frente do governo da Guiné.

De acordo com o relatório, Mamadie Touré admitiu ter recebido essa soma em dinheiro vivo e em ações da BSGR.

Com base nessas provas, o CTRTCM propõe "a retirada da permissão de pesquisa nos blocos 1 e 2 Simandou", além da "retirada da concessão mineradora da zona chamada de Zogota" e a exclusão da sociedade VBG (Vale BSGR Guiné) do procedimento de reatribuição das concessões.

- Vale nega qualquer delito

O grupo de Steinmetz manifestou perplexidade, acusando o presidente guineano Alpha Condé de querer "recompensar aliados políticos que o teriam ajudado a se eleger de forma fraudulenta, dando a eles os direitos mineradores legalmente adquiridos pela BSGR".

"A BSGR provará que essas acusações são falsas", declarou o grupo, acusando o governo guineano de se basear "em afirmações inventadas, em testemunhos duvidosos e em procedimentos ilegais".

Segundo ele, o presidente Condé teria sido beneficiado pelo "apoio técnico e financeiro incondicional de ativistas como George Soros e das ONG que atuam como seus grupos de pressão pessoais".

A BSGR também indicou ter "tentado cooperar" com as autoridades guineanas, "apesar de sua parcialidade evidente".

Procurada pela AFP, a assessoria de imprensa da Vale se negou a fazer comentários.

Mas em seu relatório anual difundido em 31 de dezembro de 2013, a Vale já menciona "a intenção" do CTRTCM de recomendar a revogação do direito de mineração da VBG, afirmando entender "que essa determinação se baseia em práticas de corrupção" cometidas "antes da aquisição pela Vale da participação na VBG".

"Até o quanto sabemos, o comitê técnico não alegou delito por parte da Vale. (...) Se o governo da Guiné decidir aceitar essa recomendação, a Vale poderá perder todo o seu investimento no projeto de Simandou, dependendo de qualquer direito a recurso que a Vale possa ter", afirma.

Em seu relatório, o CTRTCM afirma ter formulado sua recomendação de anular a concessão com base em um procedimento administrativo de mais de 18 meses, durante

o qual foi permitido à VBG "manifestar suas observações", tanto por escrito como oralmente.

Essa recomendação, no entanto, não equivale "a uma decisão do governo", indicou em um comunicado.

Ela é destinada a um outro comitê "estratégico", que vai emitir "um parecer" ao presidente guineano e a seu ministro encarregado das Minas e da Geologia, explicou.

46-11/04/2014

Sócio da Vale em mina na África é suspeito de fraude e corrupção

Empresa brasileira tem joint venture com Beny Steinmetz, empresário que está sendo investigado na Guiné por favorecimento e suborno em concessões de minas de ferro

Um relatório do governo de Guiné recomenda o cancelamento da concessão dada ao bilionário franco-israelense Beny Steinmetz para atividades de exploração numa mina de ferro em Simandu, uma das maiores reservas de minério do mundo. O empresário é acusado de corrupção.

Steinmetz fez fortuna com diamantes e obteve permissão para explorar a mina de Simandu em 2008 ao pagar 170 milhões de dólares. Dezoito meses depois, o franco-israelense revendeu 51% de seus direitos à Vale por 2,5 bilhões de dólares, ou seja, quase 15 vezes o valor inicial. Com o negócio, foi formada a *joint venture* VBG. O governo da Guiné abriu uma investigação, que se estendeu para Suíça e Estados Unidos, por suspeita de favorecimento ilícito ao empresário franco-israelense.

No relatório obtido nesta quinta-feira pela agência *France-Presse*, o Comitê Técnico de Revisão de Títulos e Convenções de Mineração do país africano considera que os títulos e a concessão das minas de Simandu e de Zogota (sudeste) que estão nas mãos da VBG foram obtidos por meio de práticas de corrupção. Segundo o informe, para obter a concessão, Steinmetz subornou com 8 milhões de dólares a viúva do ex-presidente de Guiné, Lansana Conté, entre 2006 e 2010. Conté governou o país por 24 anos até sua morte em 2008.

No relatório, a Vale não é citada por qualquer participação em casos de corrupção.

Assim, o Comitê propôs a suspensão das autorizações de exploração dos blocos 1 e 2 de Simandu e da concessão na zona minerária de Zogota, além da exclusão da VBG do processo de reatribuição das licenças.

Desde que chegou ao poder em 2010, o primeiro presidente democraticamente eleito da Guiné, Alpha Condé, lançou investigações como parte de um plano de combate à corrupção e de retomada do controle dos recursos naturais da Guiné.

Resposta - Procurada, a assessoria de imprensa da Vale disse que a empresa abordou o assunto no relatório anual de 2013, que confirma a possível recomendação do comitê técnico para que o governo da Guiné revogue o direito minerário detido pela VBG. "Não temos acesso ao relatório completo do comitê técnico, mas entendemos que sua

determinação se baseia em práticas de corrupção com relação à concessão dos direitos de mineração da VBG, antes da aquisição pela Vale da participação na VBG”, disse a assessoria de imprensa ao site de VEJA. A empresa reforça, ainda, que não foi atribuída a ela nenhum delito até agora, mas que se o governo da Guiné revogar a concessão da VBG ela perderá todo o investimento feito em Simandou.

Investigação - Outra empresa brasileira que está sendo alvo de investigação é a Petrobras, que comprou por 1,18 bilhão de dólares uma refinaria em Pasadena, EUA, que valia 42,5 milhões de dólares.

Fonte: Veja online

47-11/04/2014

Gerdau capta US\$ 500 milhões no exterior

Empresas brasileiras estão aproveitando boas condições do mercado externo para levantar recursos

Por Luiz Gustavo PACETE- Isto É Dinheiro

A Gerdau anunciou, nesta quinta-feira 10, a conclusão da emissão de uma oferta de US\$ 500 milhões em bônus seniores com vencimento em 30 anos, por meio de sua subsidiária GTL Trade Finance Inc. A companhia também informou que tem planos de trocar suas dívidas antigas por novos títulos com prazos de até dez anos.

A oferta está concentrada nos Estados Unidos com 71% dos bônus, outros 21% são da Europa, 7% entre Oriente Médio e África e 1% na América Latina. “A maioria dos compradores dos títulos foram gestores de recursos de Private Banks, companhias de seguros e bancos”, disse André Pires de Oliveira Dias, vice-presidente executivo de RI da Gerdau, em comunicado.

Nesta semana, outras empresas brasileiras aproveitaram o bom momento para captar no exterior. A Votorantim Cimentos contratou bancos para realizar uma emissão equivalente a US\$ 1 bilhão com vencimento em 2021. A mineradora Paranapanema também estuda captar no exterior.

Desde março, empresas nacionais já captaram o equivalente a US\$ 13,5 bilhões no exterior. Entre elas, Petrobras, Minerva, Marfrig e o banco Daycoval.

48-11/04/2014

Milpo diz que planeja reiniciar operação em minas de cobre no Peru

LIMA, 10 Abr (Reuters) - A mineradora peruana Milpo, controlada pelo grupo Votorantim, afirmou nesta quinta-feira que planeja retomar os trabalhos em duas pequenas minas de cobre no Peru e no Chile em 2015 e 2016.

A Milpo suspendeu parcialmente os trabalhos no projeto Chapi, no Peru, e na mina Ivan, no Chile, por causa de queda nos concentrados de minério e aumento dos custos operacionais.

A mineradora espera retomar a produção em Chapi no primeiro trimestre do próximo ano e em Ivan em algum momento de 2016, disse o presidente-executivo, Victor Gobitz, nesta quarta-feira.

Ivan, única mina da Milpo no Chile, produziu cerca de 4.500 toneladas de cátodos de cobre por ano quando estava operacional.

A Milpo produziu 681 mil toneladas de cobre, zinco e chumbo no ano passado, principalmente por meio das minas Cerro Lindo, El Porvenir e Atacocha.

A companhia é a segunda maior produtora de chumbo do Peru e terceira maior em zinco.

(Por Patricia Velez)

49-11/04/2014

Deputado propõe lei que reduz taxas da SEMA para atividade garimpeira

O deputado Pedro Satélite (PSD) apresentou na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, projeto de lei, que reduz as taxas das licenças ambientais para a exploração mineral no Estado. O projeto prevê que nas atividades minerais em Regime de Lavra Garimpeira, o cálculo do valor da licença, seja feito com base na dimensão da área requerida à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), ou seja, pelo espaço que será lavrado, e não pela área inicialmente autorizada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Segundo o deputado Pedro Satélite, os valores cobrados atualmente pela SEMA, estão inviabilizando a atividade de pequenos mineradores, por isso, muitos acabam abandonando a atividade mineral ou sendo empurrados para a clandestinidade. “A atividade garimpeira atualmente é um dos principais propulsores da economia de vários municípios do Estado, gerando renda e milhares de empregos diretos. Por isso a diminuição das taxas de licenciamento é uma reivindicação justa do setor que luta para trabalhar na legalidade”, enfatiza.

Estima-se em 20 mil, o número de garimpeiros em atividade no Estado. Só a Cooperativa dos Garimpeiros de Peixoto de Azevedo, a maior do Estado, possui aproximadamente 4 mil associados. A importância econômica do setor fica mais evidente quando se fala em movimentação financeira. Na região de Peixoto onde o garimpo é mais forte, só em 2013, foram comercializados cerca de R\$ 237 milhões em ouro.

Fonte: Plantão News

50-11/04/2014

Disputa ambiental ameaça travar mina de ferro de US\$ 3 bi em Minas

Bruno Porto - Hoje em Dia

Uma brecha para a fragmentação do licenciamento ambiental deverá levar à Justiça mais um empreendimento integrado de mina de ferro e mineroduto em implantação em Minas Gerais. Trata-se do projeto Vale do Rio Pardo, orçado em US\$ 3 bilhões pela

Sul-Americana de Metais (SAM), com previsão de produção inicial de 25 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano.

Durante audiência pública realizada na última quarta-feira (9) pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), o Ministério Público Estadual (MP) informou que ingressará com ação civil pública nos próximos 15 dias solicitando a suspensão do pedido de licenciamento ambiental.

Para o MP, há possibilidade de a extração de minério ser expandida para áreas que já pertencem à SAM, mas que não são objeto do licenciamento em curso. “Se já sabemos que a empresa tem áreas que podem ser usadas para expansão, elas deverão ser consideradas nos estudos de impacto, uma vez que, posteriormente, ao solicitar uma licença de ampliação, os estudos ambientais requeridos são pouco detalhados. É na fase de Licença Prévia que se faz essa análise, que atesta a viabilidade e se estabelece medidas mitigadoras”, disse o promotor de Justiça e membro do Núcleo de Resoluções de Conflitos Ambientais do MP, Carlos Eduardo Ferreira Pinto.

A competência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) para licenciar o projeto também é contestada. A legislação prevê que, se um empreendimento envolve mais de um Estado, o licenciamento é federal, do Ibama, e não das secretarias estaduais de meio ambiente. Mas o MP quer que o Ibama licencie apenas o mineroduto, que passa por Minas Gerais e Bahia, e que a mina, localizada em Grão Mogol, no Norte do Estado, seja licenciada pelo órgão estadual.

Para o Ministério Público, o licenciamento federal traz o risco de as compensações ambientais da mineração serem aplicadas em outros Estados. Recentemente, a mineradora Ferrous, que obteve licenciamento federal, foi autorizada a compensar os impactos ambientais da sua mina em Congonhas, na região Central, com a regularização fundiária de um parque nacional em Mossoró, no Rio Grande do Norte.

O diretor de Relações Institucionais da SAM, Geraldo Magela Gomes, afirmou que não é a empresa que escolhe o órgão licenciador, e defendeu o licenciamento pelo Ibama. “Como o projeto é integrado, tem mina e mineroduto, tem que ser licenciado junto para que os impactos sejam analisados em conjunto”, disse.

Nove mil páginas

Ele destacou que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) feito pela empresa traz um minucioso levantamento das implicações de ordem social e ambiental trazidas pelo projeto. “São nove mil páginas que foram produzidas a partir de estudos que demoraram dois anos”, afirmou.

51-11/04/2014

Queda dos preços do potássio derrubou lucro da Uralkali em 2013

A russa Uralkali, uma das maiores produtoras de potássio do mundo, registrou um lucro líquido de US\$ 666 milhões em 2013, forte queda de 58% na comparação com o ano anterior. O resultado da companhia foi pressionado pela retração de 28% no preço médio do potássio exportado pela companhia russa, em meio ao fim do cartel do potássio deflagrado em 2013.

O mercado mundial de potássio passou por uma relevante mudança em julho, quando a própria Uralkali anunciou o fim da parceria com a Belaruskali, empresa da Bielorrússia. Juntas, as duas companhias formavam a BPC (Belarusian Potash Company) e controlavam 40% do mercado do potássio, além de manter certa disciplina no volume de potássio a ser produzido por ano, controlando assim os preços da matéria-prima.

A Uralkali alegou, porém, que a maior parte da queda de 58% em seu lucro e o recuo de 20% na receita líquida, que foi de US\$ 2,67 bilhões, ocorreu no primeiro semestre, antes do fim da parceria com a Belaruskali e quando a parceria vinha sofrendo com a política de preços agressiva de concorrentes. Com o fim do cartel em julho, a Uralkali mudou sua política de preços.

“A adesão da Uralkali a uma rígida estratégia de preço sobre volume no primeiro semestre de 2013 resultou em uma significativa queda da participação de mercado da companhia, com outros produtores ganhando mercado com sua política de preços agressiva”, afirmou o CEO da Uralkali, Dmitry Osipov. De acordo com o executivo, a companhia conseguiu melhorar seus resultados no segundo semestre, com a mudança na política de preços e a saída do cartel.

(Dow Jones Newswires)

52-11/04/2014

China admite que economia não deve cumprir meta de crescimento este ano

Por **Richard Silk e Mark Magnier | The Wall Street Journal, de Pequim e Boao**

O primeiro-ministro da China deu o mais forte sinal público até agora de que os líderes chineses estão preparando o caminho para um crescimento mais lento, dando a Pequim espaço de manobra para a possibilidade de não cumprir a meta oficial de expansão do PIB pela primeira vez em 15 anos. Reforçando a mensagem, as autoridades comerciais do país divulgaram uma queda surpreendente nas exportações em março.

O premiê Li Keqiang disse a líderes globais e delegados que participam do Fórum de Boao para a Ásia que o crescimento este ano pode ser um pouco maior ou menor do que a meta de 7,5%.

Enquanto ele fazia seu discurso, o governo divulgou que, ao contrário das expectativas de aumento, as exportações chinesas caíram 6,6% em março. Também informou que as importações de materiais usados em processamento - geralmente, componentes para produtos montados na China, como o iPhone e outros eletrônicos, frequentemente

destinados à exportação - ficaram abaixo do esperado. No total, as importações recuaram 11,3%.

Ao mesmo tempo, o banco central da China injetou dinheiro no sistema bancário pela primeira vez em nove semanas, uma ação que pareceu ter como objetivo, em parte, liberar dinheiro para as pessoas e empresas durante o período de declaração de imposto de renda, mas a medida também foi tomada depois de resultados decepcionantes nas áreas de comércio e indústria.

Pequim enfrenta um dilema difícil entre estimular a economia ou manter a agenda de reforma do governo.

Não foi a primeira vez que os líderes sugeriram que a meta de crescimento não é, necessariamente, imutável. No mês passado, o ministro das Finanças, Lou Jiwei, disse numa coletiva de imprensa que um crescimento entre 7,2% e 7,3% poderia ser considerado como um cumprimento da meta. No segundo semestre de 2013, um grupo sindical sob controle do Estado informou que Li tinha admitido que mesmo uma taxa de crescimento de 7,2% permitiria atingir as metas de emprego.

Ainda assim, outras autoridades têm se referido à meta oficial em público. As declarações de Li, principal autoridade econômica da China, num ambiente como o do fórum, são a concessão mais notável que o governo chinês já fez à possibilidade de ficar aquém da meta que estipulou. Desde 1998, a China nunca deixou de cumprir sua meta de crescimento - de 8% até há alguns anos - e muitas vezes foi além dela, registrando expansões de dois dígitos. Mas a margem diminuiu à medida que a economia desacelerava.

Também é significativo o fato de a declaração ter sido feita uma semana antes da divulgação pelo governo dos dados do PIB do primeiro trimestre. O crescimento mais lento na China inevitavelmente corrói o crescimento global devido ao tamanho e à importância da sua economia, a segunda maior do mundo.

As importações de commodities da China, na verdade, cresceram em março diante da queda nos preços dos combustíveis e minerais. Mas se Pequim resistir à tentação de lançar outro programa de estímulo baseado em projetos de infraestrutura, os exportadores de matérias-primas vão sentir o golpe de uma demanda chinesa menor.

Qinwei Wang, da firma de pesquisa Capital Economics, sediada em Londres, diz que economias baseadas em minério, como Brasil, Chile, Austrália e África do Sul, serão as mais prejudicadas.

Economistas alertaram que a queda nos dados de comércio é difícil de ser interpretada porque as exportações foram infladas no início de 2013, já que empresas camuflaram investimentos como se fossem pagamentos comerciais para driblar as rígidas restrições da China à movimentação internacional de capital.

Mas o comércio entre os Estados Unidos e a China também foi decepcionante, tendo crescimento de apenas 1,4% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2013. Analistas têm estimado há meses que uma recuperação da economia em países desenvolvidos poderia sustentar uma recuperação das exportações da China. Mas, até agora, isso não tem ocorrido.

Segundo os economistas, vários sinais indicam que o governo terá dificuldade para atingir o crescimento de 7,5% este ano. Nos dois primeiros meses do ano, a produção industrial cresceu no ritmo mais lento desde 2009, enquanto o crescimento das vendas no varejo também foi o menor em dois anos.

"A demanda nos mercados interno e externo permanece fraca", diz Ma Xiaoping, economista do HSBC em Pequim. "A recuperação dos maiores parceiros comerciais da China - EUA, Europa e Japão - não foi tão boa quanto se esperava." Ela acrescentou que o crescimento da China no primeiro trimestre vai testar o limite de tolerância do governo.

No fórum de Boao, um encontro anual de líderes políticos e empresariais, Li disse que Pequim não adotará medidas agressivas para estimular a economia aos primeiros sinais de fraqueza. "Nós não vamos recorrer a fortes políticas de estímulo de curto prazo por causa de flutuações temporárias", disse ele.

Mas Pequim tem dado sinais conflitantes sobre sua intenção de sustentar o crescimento. No início do mês, o governo disse que continuaria a promover alguns gastos, incluindo planos para a construção de cinco novas ferrovias em áreas remotas e a revitalização de áreas pobres. O governo não deu dados exatos do quanto seriam esses investimentos.

Os primeiros dados referentes à meta de crescimento da China sairão na próxima semana, com a divulgação do PIB do primeiro trimestre. A estimativa é que a economia tenha crescido a uma taxa anualizada de 7,3%, segundo a mediana das previsões de 15 economistas consultados pelo The Wall Street Journal. É um desempenho impressionante para muitos países, mas para a China significa uma notável desaceleração em comparação ao avanço de 7,7% do último trimestre de 2013.

Além da apática demanda por suas exportações, o país também enfrenta desaceleração no mercado imobiliário, preocupações com os níveis de endividamento e consumo e retornos que estão minguando. O consumo interno - visto pelos economistas como um fator importante para o crescimento futuro - ainda não engrenou.

"A pressão negativa sobre o crescimento econômico continua", disse Li ontem. "Não podemos subestimar as dificuldades."

Nem todos os dados das exportações foram negativos. Ma Meixia, gerente geral da Shanghai Silk Textile Co. Ltd, que exporta echarpes de seda, diz que viu uma melhora nos negócios incentivada pela desvalorização da moeda chinesa, o yuan, em relação ao dólar. "Isso nos ajudou a conseguir mais encomendas, porque agora somos mais

competitivos em preço", diz. "Tenho confiança que os negócios comerciais este ano serão melhores que no ano passado."

(Colaboraram Grace Zhu, Liyan Qi, Kersten Zhang e Shen Hong.)

53-11/04/2014

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL SOBE 5,73%

O Brasil exportou 71,8 milhões de toneladas de minério de ferro nos três primeiros meses de 2014. O número representa um aumento de 5,73% na exportação do produto em relação ao mesmo período de 2013, quando os embarques de minério de ferro chegaram a 67,9 milhões de toneladas. Os números são do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Na comparação com o trimestre anterior, o volume registrou retração de 2,46%. Nos três últimos meses de 2013, os portos brasileiros embarcaram 95,23 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em valores, a exportação de minério de ferro brasileiro no primeiro trimestre do ano gerou receita de US\$ 7,06 bilhões. O valor supera em 2,63% a receita gerada na comparação anual. No mesmo período do ano passado, o valor movimentado foi de US\$ 6,88 bilhões.

Comparando o primeiro trimestre deste ano com o último trimestre de 2013, os dados mostram um recuo de 25,08% no valor gerado pela exportação de minério de ferro, que é um dos principais produtos da cesta de exportação brasileira. Foram US\$ 7,06 bilhões nos três primeiros meses deste ano, contra US\$ 9,43 bilhões nos últimos três meses de 2013.

Apenas no mês de março deste ano, o embarque do minério de ferro foi responsável por movimentar US\$ 2,39 bilhões. Na comparação com março de 2013, houve uma queda de 4,33%, já que no período em questão os portos brasileiros exportaram US\$ 2,50 bilhões em minério de ferro.

Durante todo o ano de 2013, o Brasil exportou 329 milhões de toneladas de minério de ferro. O principal destino do mineral é a China. Em valores, as exportações movimentaram US\$ 32,49 bilhões no ano passado.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

54-11/04/2014

RENARD A PRÓXIMA MINA DE DIAMANTE DO CANADÁ

O projeto Renard, da Stornoway Diamonds Corp terá um investimento de 864 milhões de dólares. A empresa espera iniciar a construção da primeira mina de Quebec, a Renard, ainda em 2014. A produção deve ocorrer em 2016.

A mina deverá lavar o kimberlito Renard 65 que tem uma reserva provável de 23,8 milhões de toneladas com um teor de 75 cpht (quilates por cem toneladas). A mineradora espera uma produção de 1,6 milhões de quilates por 11 anos.

O projeto terá um custo operacional por quilate de C\$77 o que dá um IRR de 20% e um NPV 7% de 683 milhões de dólares canadenses.

Fonte: Geólogo

55-11/04/2014

FOSFATO E NIÓBIO SÃO A FORÇA DE CATALÃO

Município é um dos maiores produtores de fosfato do Brasil e de nióbio do mundo, que é exportado para a Europa, América do Norte e Ásia

Catalão, no Sul do Estado, também é um município reconhecido pela força de sua produção mineral, com destaque para o nióbio e o fosfato. A Anglo American, por meio da Mineração Catalão, é uma das maiores produtoras de nióbio do mundo, com operações nos municípios de Catalão e Ouvidor. O produto é exportado para as principais plantas siderúrgicas da Europa, América do Norte e Ásia, para produção de aço de alta resistência.

Em 2013, foram produzidas 4,5 mil toneladas de nióbio na unidade. Agora, afirma o presidente dos Negócios Níquel, Nióbio e Fosfatos da Anglo American, Ruben Fernandes, a empresa está investindo R\$ 700 milhões no projeto Rocha Fresca, que será inaugurado no fim deste ano e deve elevar a produção para 6,5 mil toneladas anuais em 2015.

Já no setor de produtos fosfatados, a mina da Copebrás, também do Grupo Anglo American, é uma das jazidas de fosfato mais atraentes do Brasil. A mina é a segunda maior produtora de rocha fosfática no Brasil, com capacidade anual de produção de 1,35 milhões de toneladas de concentrado de fosfato.

Fosfato

A Anglo American é a segunda maior produtora de fertilizantes do Brasil. Fundada em 1955, a Copebrás é uma das maiores fabricantes de produtos fosfatados do País, fabricando fertilizantes para a agricultura, fosfato bicálcico – DCP (usado em alimentação animal) e outros produtos fosfatados para fins industriais.

Os próximos investimentos ainda estão em fase de desenvolvimento e avaliação. Mas Ruben Fernandes explica que a empresa tem um grande projeto de expansão do fosfato.

O objetivo, segundo ele, é localizar novas minas e expandir a mina atual. O POPULAR apurou que os investimentos em Catalão e Ouidor devem chegar a R\$ 2,8 bilhões, abrindo novas frentes de lavra e visando, inclusive, a verticalização da produção de fosfato, se aproximando mais do produto final, o fertilizante.

A Vale Ferlizantes também conta com um complexo mineroquímico em Catalão, desde 1982. Lá, a empresa executa a lavra do minério de fosfato para concentrar a apatita, fonte do fosfato para a produção de fertilizantes. O gerente de Comunicação, Relações com Comunidades e Institucionais da Vale, Paulo Eduardo Batista, lembra que a unidade, que ainda conta com um terminal rodoferroviário, produz granulados de baixa e alta concentração no complexo de 2,6 mil hectares.

No local, são realizadas atividades de mineração e beneficiamento de minério fosfático, com a geração de 1,5 mil empregos diretos e terceirizados. Apesar de não comentar investimentos futuros, a empresa revelou o interesse de continuar investindo na região. A Vale também já teria pesquisas para extração de ferro no Mato Grosso Goiano.

Fonte: Jornal O Popular

56-11/04/2014

MINERAÇÃO AJUDA A DESENVOLVER O INTERIOR

Por ser uma atividade explorada em municípios do interior do País, muitos deles bastante distantes dos principais centros urbanos, a mineração acaba levando muitos benefícios econômicos e sociais à população dessas regiões. O empresário Domingos Sávio, que recentemente assumiu a presidência do Sindicato das Indústrias Extrativas de Goiás e do Distrito Federal (Sieeg), lembra que Catalão ganhou um novo rumo com a mineração, enquanto Barro Alto experimentou uma verdadeira revolução.

O economista e mestre em Geografia Ubajara Berocan Leite, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, lembra que um dos maiores benefícios foi o melhoramento de infraestrutura. Ele dá o exemplo do Norte de Goiás, que recebeu vários investimentos em infraestrutura viária graças à instalação de mineradoras na região.

Segundo Ubajara, também foram visíveis os benefícios com a instalação de subestações de energia, que já não atendem mais a demanda atual. “Nos últimos 50 anos, ocorreram fluxos migratórios motivados pela instalação de empreendimentos industriais de mineração”, destaca. No setor secundário, houve a instalação de unidades voltadas à primeira fase da transformação mineral, como ocorreu na produção de carbionato de níquel e ferro-níquel. No terciário, novas atividades foram criadas para atender a demanda da mineração.

A maior disponibilidade de energia beneficiou a agricultura e pecuária, que melhoraram sua produtividade. As unidades de mineração também atraíram escolas técnicas e de qualificação profissional, como o Senai, para a região. O avanço está em indicadores. No município de Crixás, onde está a Mineração Serra Grande, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) saltou de 0,404 em 1990 para 0,708 em 2010. Em Alto Horizonte, que abriga a Mineração Maracá, o IDHM mais do que dobrou, de 0,342 para 0,719 no período.

Fonte: Jornal O Popular